

Relatório de Gestão e Contas 2025



Índice

1. Síntese de Dados / Indicadores

2. Mensagem do Presidente

3. Apresentação da Empresa

3.1 Breve Historial

3.2 Estrutura Acionista

3.3 Órgãos Sociais

4. Missão e Posicionamento Estratégico

4.1 Missão

4.2 Visão

4.3 Valores

4.4 Objetivos Estratégicos

5. Síntese da actividade de 2025

5.1 Factos Relevantes

5.2 Envolvente Exterior

5.3 Estrutura Organizacional

5.4 Desempenho da Empresa

5.5 Análise Económica Financeira

6. Perspetivas para o Futuro

7. Considerações Finais

8. Outras Informações

9. Proposta de Aplicação de Resultados

10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2025 e Respetivo Anexo

10.1 Balanço

10.2 Demonstração dos Resultados

10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

10.4 Demonstração Individual de Alteração de Capitais

Próprios

10.5 Anexo

11. Relatório e parecer do Fiscal Único

12. Certificação legal das contas

FOLHA DE ASSINATURAS:

<p>Altino Barbosa Conceição (Presidente do Conselho de Administração)</p>	
<p>António Manuel Paredes Pereira da Cunha (Vogal do Conselho de Administração)</p>	
<p>Pedro Miguel Correia Pires (Vogal do Conselho de Administração)</p>	
<p>João Machado Pragosa (Vogal do Conselho de Administração)</p>	
<p>Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho (Vogal do Conselho de Administração)</p>	



I. Síntese de Dados e Indicadores

a) Síntese de Dados / Indicadores

Indicadores			
Financeiros	2023	2024	2025
Capital Social (€)	1 500 000	1 500 000	1 500 000
Ativo Líquido Total (€)	18 341 224	19 112 269	19 020 801
Volume de Negócios (€)	8 645 283	9 220 258	10 373 498
Volume de Negócios / Cliente (€)	368	389	432
Resultado Antes de Impostos (€)	993 256	1 559 266	1 854 678
Resultado Líquido do Exercício (€)	765 719	1 230 908	1 499 780
EBITDA (€)	2 083 473	2 553 655	3 025 458
Recursos Humanos	2023	2024	2025
Número de Colaboradores a 31/12	34	33	35
Colaboradores / 1000 clientes	1,45	1,39	1,46
Volume de Negócios / Colaborador	254 273	279 402	296 386
Comerciais	2023	2024	2025
Número de Clientes – Abastecimento de Água (un.)	23 472	23 732	24 000
Número de Clientes – Saneamento (un.)	19 990	20 236	20 468
Volume total de Água Faturada (m ³ /ano)	2 555 355	2 685 976	2 761 986
Volume Total de Efluentes Faturados (m ³ /ano)	2 011 702	2 095 900	2 120 292
Reclamações Médias Mensais/1000 Clientes (un.)	0,142	0,109	0,135
Percentagem de Água Adquirida/Captada e não Faturada	22,5%	22,9%	22,4%
Técnicos	2023	2024	2025
Volume Total de Água Adquirida (m ³ /ano)	3 262 725	3 447 496	3 547 384
Volume Total de Água Produzida (m ³ /ano)	73 500	70 893	47 646
Comprimento Total da Rede de Água (Km)	678	703	703
Comprimento Total da Rede de Saneamento (Km)	414	420	420
Reservatórios (un.)	62	62	62
Volume Total dos Reservatórios (m ³)	18 167	18 167	18 167
Estações Hidropressoras	41	41	41
Estações Elevatórias de Saneamento sob gestão direta da AdA (un.)	14	14	15



2. Mensagem do Presidente

2. Mensagem do Presidente

O ano de 2025 foi marcado por novos desafios resultantes de fenómenos extremos, como as tempestades que assolaram o país desde novembro 2025, ou fenómenos anómalos, como o apagão do dia 28 de abril. Todos estes eventos impactaram o país e, naturalmente, a nossa atividade, identificando novos desafios à resiliência dos sistemas públicos de abastecimento de água e de drenagem. Estes eventos, motivaram uma discussão alargada entre as diferentes entidades do sector para avaliação dos constrangimentos ocorridos, retirando (ou recordando) ensinamentos comumente designados por “lições aprendidas”. Apesar de todos os constrangimentos, as equipas da Águas de Alenquer mantiveram o seu foco no serviço público prestado e na garantia de fornecimento de água, uma água de qualidade, novamente distinguida pela ERSAR em 2025 com mais um “Selo da qualidade exemplar de água para consumo humano”.

O Acordo alcançado em 2024 com o Município de Alenquer para um reequilíbrio parcial da Concessão, permitiu regularizar as atualizações tarifárias, tendo o tarifário para 2025 entrado em vigor no dia 1 de janeiro conforme estabelece o Contrato de Concessão e a legislação do sector, facto que não acontecia desde 2016. Mesmo num contexto socioeconómico desafiante, este facto permitiu melhorar o desempenho financeiro do projeto, possibilitando assim dar início a um ciclo de recuperação dos compromissos assumidos com os nossos acionistas, ainda que distantes das metas inicialmente definidas.

Importa, no entanto, não esquecer os outros desafios delineados nesse Acordo, nomeadamente o reconhecimento da necessidade e o compromisso do Município em realizar um Plano de Investimento Municipal para a renovação das redes públicas municipais em exploração pela Águas de Alenquer de modo a incrementar a sustentabilidade futura dos sistemas, potenciando assim a confiança das famílias e o crescimento do território.

Mantemos o foco no compromisso com os Utilizadores e na crescente e exigente preservação (e circularidade) do recurso água, apostando na melhoria contínua do serviço público prestado em articulação com o Município de Alenquer. Esse compromisso, foi reconhecido pelos nossos clientes no inquérito anual de avaliação à qualidade de serviço, realizada de forma independente pela Nielsen, onde os utilizadores reconhecem de forma expressiva a melhoria do serviço prestado.

Termino com um agradecimento profundo aos nossos colaboradores, cuja dedicação 24/7 garante que a água chegue a cada torneira. A sua competência e resiliência, com provas dadas ao longo do tempo, e ainda mais visível por ocasião das fortes tempestades que assolaram o país e a região de Alenquer no início de 2026, onde o seu mérito foi agraciado através do louvor público de reconhecimento do Município de Alenquer. Esta competência e resiliência, aliadas à constante inovação na gestão, monitorização das redes municipais, sustentada no conhecimento e nas melhores técnicas, inovação e apoio disponibilizado permanente pelos acionistas, permitem continuar a encarar positivamente o futuro próximo do Projeto.

Altino Barbosa da Conceição

Presidente do Conselho de Administração



3. Apresentação da Empresa

3. Apresentação da Empresa

3.1 Breve Historial

A AdA - Águas de Alenquer, S. A. (Águas de Alenquer) foi criada em 7 de outubro de 2003, tendo celebrado com o Município de Alenquer a 17 de novembro do mesmo ano o contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Alenquer. No dia 1 de janeiro de 2004 iniciou-se o Período de Funcionamento da Concessão, que decorrerá por 30 anos.

O seu objeto social consiste na exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do município de Alenquer e a realização de obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da concessionária.

No 1º ano de funcionamento da Concessão em 2004, foram consignadas as infraestruturas que transitaram para a responsabilidade da Águas de Alenquer, tendo sido o fornecimento de água assegurado pela EPAL até outubro desse ano, e transitado para a AdO - Águas do Oeste S.A. (Águas do Oeste) em novembro de 2004. A operação das ETAR foi realizada pela Águas de Alenquer, até 30 de julho de 2005 data em que se transferiu a responsabilidade para a Águas do Oeste, conforme previsto contratualmente.

O Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer foi aprovado na reunião de Câmara de 12 de dezembro de 2005 e publicado no Apêndice n.º 19 da II Série do Diário da República de 24 de fevereiro de 2006.

No último trimestre de 2006, após o cumprimento de todas as formalidades necessárias, a Construções Pragosa, S. A. vendeu a sua posição a outra empresa do Universo Pragosa: a Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S. A., posição que foi integrada na Pragosa Ambiente, S.A. em 2018. A Pragosa Ambiente, S.A. renomeou a sua designação em 2020 para Ecolmpact, S.A..

Em setembro de 2007 foi aprovado pela Câmara Municipal de Alenquer o primeiro reequilíbrio económico-financeiro do Contrato de Concessão, tendo como razão principal a revisão do Plano de Investimentos e o aumento dos custos associados à Águas do Oeste não contemplado no contrato de concessão inicial. O aditamento ao Contrato de Concessão foi celebrado no dia 12 de março de 2008.

O Plano de Investimentos contratualizado (Plano de Investimento Inicial) foi concluído no final de 2008, com a exceção de um reservatório pendente da recuperação dos custos incorridos com as incrustações de calcário na rede de abastecimento de água¹. A conclusão do Plano de Investimentos permitiu atingir uma taxa de cobertura ao nível do sistema de abastecimento de água de aproximadamente 100% e de 85% ao nível do saneamento. De realçar que a Águas de Alenquer assegura um serviço regular de limpeza de fossas sépticas domésticas, o que permite escoar para tratamento e destino final adequado os efluentes produzidos nas zonas dispersas sem rede de drenagem, garantindo assim os objetivos de serviço fixados no âmbito dos Planos Estratégicos Nacionais para o sector do ambiente. Ainda em 2008, foi concluída a implementação do sistema SIG (sistema de informação geográfica) e a sua articulação com o Aquamatrix (sistema de gestão de clientes), otimizando assim duas importantes ferramentas operacionais.

Desde o dia 13 de outubro de 2008, a empresa é certificada em Qualidade, Ambiente e Segurança de acordo com as normas “NP EN ISO 9001:2000”, “OHSAS 18001/NP 4397 (2001)” e “NP EN ISO 14001:2004” certificação essa emitida pela empresa EIC. A certificação tem sido sucessivamente revalidada nos três referenciais, demonstrando assim o empenho da Sociedade na manutenção da acreditação e na melhoria contínua do seu sistema integrado de gestão. Em 2018 foi realizada a transição para os referenciais de 2015

¹ De salientar que a duplicação do sistema adutor Torres Vedras – Mafra realizado pela Águas do Oeste e a reformulação posterior pela Águas de Alenquer do ponto de entrega na Corujeira, relevou a importância estratégica deste investimento.

das normas ISO 9001 e ISO 14001 e em 2020 concluiu-se o processo de transição da norma OHSAS 18001 para a NP EN ISO 45001:2019. No ano de 2023 iniciou-se um novo ciclo de certificação nos três referenciais referidos.

Em julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão. Nesse âmbito, durante o ano de 2010 decorreram as negociações da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em janeiro de 2011. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi assinado a 16 de novembro de 2011, após a aprovação nos órgãos municipais competentes. Este segundo aditamento assegura a necessária adaptação à nova legislação do sector e imprime uma maior proximidade e compromisso junto dos utilizadores, através da fixação de níveis de serviços e adequação da estrutura tarifária, com a inclusão de um tarifário social e de um tarifário para famílias numerosas. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão teve a sua aplicação a partir do dia 1 de janeiro de 2012.

A resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água não ficou contemplada nesse aditamento, continuando o Município a liderar este processo junto das diferentes entidades envolvidas. Nesse sentido, foi estabelecido um acordo de princípio entre as Partes, que mantém a pendência da reclamação administrativa apresentada em julho de 2009 no que concerne aos problemas resultantes das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água e fixa um período conciliatório com vista à definição das regras tendentes à resolução completa e definitiva desta questão. Este acordo quantifica ainda a compensação por perda real de faturação no valor de 383.550 € verificada por atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Oeste no município de Alenquer.

Como contributo para a resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água, a Águas de Alenquer promoveu no ano de 2013, em articulação com o Município, um estudo técnico de caracterização e avaliação das anomalias no funcionamento das redes de abastecimento de água de Alenquer e foi apresentada à Águas do Oeste uma proposta de alteração da origem de água ao reservatório de Vila Alta.

Em fevereiro de 2013 foi publicado o novo Regulamento Municipal (Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer), encerrando assim a adaptação ao D.L. 194/2009 de 20 de agosto.

Com a publicação do novo Regulamento Municipal em fevereiro de 2013 foi iniciada uma campanha de caracterização dos efluentes de origem industrial e realizadas ações de fiscalização regulares com as três entidades envolvidas: Município de Alenquer, Águas do Oeste e Águas de Alenquer, contribuindo assim para a melhoria do desempenho ambiental dos sistemas de drenagem e de tratamento, promovendo a adequação dos efluentes industriais às condições regulamentares de descarga.

A entrada em vigor do Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão permitiu a melhoria dos principais indicadores económico-financeiros da concessionária apesar da degradação do tecido empresarial local e da redução de consumos e consumidores verificada de forma generalizada, em especial no sector industrial com a execução de origens alternativas de abastecimento de água (origens próprias) em detrimento do fornecimento através do sistema municipal de abastecimento de água. Esta quebra de consumos e consumidores restringiu o impacto das ações de melhoria e de monitorização implementadas e os ganhos operacionais obtidos. Tal facto traduz-se consecutivamente desde 2013, num desvio superior a 20% face ao contratualmente definido, consubstanciando assim um evento gerador de reequilíbrio do Contrato nos termos da Cláusula 88ª do Contrato de Concessão.

Durante o ano de 2015 procedeu-se à regularização da transmissão de Ação detida pela AGS – Administração de Sistema de Salubridade, S.A. com a sua transmissão para a AGS – Hiburbe – Serviços Ambientais, S.A., atual

Water Value, Serviços Ambientais, S.A., regularizando assim o processo de compra de uma ação à Somague Ambiente, SGPS, S.A. realizado no ano de 2014.

Em maio de 2015, é publicado o Decreto-Lei n.º 94/2015 que agrega num novo sistema multimunicipal oito dos sistemas multimunicipais existentes, incluindo o Sistema Multimunicipal do Oeste, e cria a entidade gestora desse sistema – a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (LVT) – que sucede nos direitos e obrigações às oito entidades gestoras anteriormente existentes, integrando assim a Águas do Oeste. O referido decreto-lei e as suas consequências, entraram em vigor a partir do dia 30 de junho de 2015, traduzindo-se em dois efeitos imediatos: alteração das tarifas e alteração da metodologia de medição de caudais para efeitos de faturação (faturação com base em caudais reais vs. a anterior metodologia de faturação com base em valores mínimos garantidos).

Com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo foi estabelecido um processo negocial com vista ao estabelecimento de um plano de pagamento viável e ao encerramento dos processos judiciais existentes entre as Partes. Nesse âmbito foi celebrado um Acordo a 30 de novembro de 2015 que estabeleceu um plano de pagamentos para liquidação da totalidade da dívida e o compromisso da Águas de Lisboa e Vale do Tejo na alteração da origem de água associada ao ponto de entrega da Zona III (Alenquer III - reservatório de Vila Alta). Esse compromisso foi concretizado em março de 2020 com o arranque da adução ao reservatório de Vila Alta através do adutor da EPAL Torres-Vedras | Mafra. O Acordo alcançado previa ainda a extinção dos processos judiciais pendentes entre as Partes no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa e no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria e só foi possível graças ao suporte e a um enorme esforço complementar acionista no reforço de capitais.

Durante o ano de 2016, o XXI Governo Constitucional de Portugal anuncia a cisão do Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, revertendo parcialmente a fusão dos sistemas multimunicipais concretizada em 2015. Para além do anúncio da criação de dois novos sistemas, verifica-se novamente a alteração do sistema de medição de faturação da atividade de saneamento que passa a ser realizada com base nos proveitos garantidos durante o período de convergência tarifária. Este anúncio é concretizado com a publicação do Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março, que em cumprimento do Programa do Governo, cria o novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e o novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em ambos os casos por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, por sua vez criado por agregação de sistemas através do Decreto -Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, sem prejuízo da manutenção do próprio sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, sistema este que, após a cisão, passa a adotar a denominação de sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo.

O agravar da situação de desequilíbrio do Contrato de Concessão, obrigando a um novo reforço de capital acionista na sociedade em 2015 e 2016, e a continuidade dos problemas resultantes das incrustações de calcário na rede municipal de abastecimento de água que condicionam o regular abastecimento de água à área de influência da origem de água da Zona III (reservatório de Vila Alta), bem como a necessidade de regularização da compensação por perda real de faturação no valor de 383.550 € verificada por atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Oeste no município de Alenquer determinada em 2011, conduziu à apresentação junto do Município em fevereiro de 2016 de um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato de Concessão, com base na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, pedido esse atualizado em fevereiro de 2018, dezembro de 2019 e janeiro 2022, considerando os últimos dados disponíveis.

Apesar do esforço das Partes, não foi alcançado um acordo alargado relativamente a todos os eventos de reequilíbrio identificados por cada uma das Partes, tendo sido alcançado apenas um acordo de reequilíbrio

parcial, materializado no Terceiro Aditamento ao Contrato de Concessão, cuja assinatura ocorreu no dia 30 de julho de 2024. Os eventos englobados neste acordo estão relacionados com: a) Atualização tarifária entre 2017 e 2023; b) Estabelecimento da Concessão (por integração de novos loteamentos a pedido do Município); c) Regularização do pagamento relativo ao atraso no arranque das infraestruturas em alta na atividade de saneamento; e d) mecanismos associados à gestão da limpeza de fossas. Relativamente aos outros eventos, as Partes mantêm a sua posição sobre o desvio de caudais e o acréscimo de custos e outros impactos derivados das incrustações de calcário.

Este acordo foi objeto de avaliação prévia por parte da ERSAR em julho 2023 e parecer final favorável em fevereiro de 2024. O Terceiro Aditamento ao Contrato de Concessão foi aprovado nos órgãos autárquicos competentes entre abril e junho de 2024 e os efeitos deste novo aditamento entraram em vigor no dia 1 de agosto de 2024.

Em paralelo, as Partes celebraram ainda um memorando de entendimento, onde mediante a concretização de um plano de investimentos municipal nas redes publicas municipais em exploração, será avaliado nos termos do Contrato de Concessão a partilha do impacto da melhoria operacional conseguido por via desse investimento.

O tarifário para 2025 foi aprovado na reunião ordinária da Câmara Municipal de Alenquer de 16 de dezembro de 2024, após emissão de parecer da ERSAR (Ofício 4846/2024)

3.2 Estrutura Acionista

Identificação:	AdA - Águas de Alenquer S.A.
Sede Social:	Rua do Convento de São Julião n.º 95, Carapinha Alenquer
Pessoa Coletiva	506 353 397
Capital Social	1.500.000 €
Inscrição na C.R.C de Alenquer n.º	02202/031023
Estrutura Acionista	Participação
Aquapor - Serviços, S.A.	39,9997%
AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridades, S.A.	39,9997%
EcolImpact, S.A.	20,0000%
Water Value - Serviços Ambientais, S.A.	0,0003%
Luságua - Gestão de Águas, S.A.	0,0003%

3.3 Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr.^a Cláudia Sofia Delicado Baleiras Dias Correia

Vice-presidente: Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira

Secretária: Dr.^a Filipa Pinto Basto Sousa de Macedo Ravasco Mendes

Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Altino Barbosa da Conceição

Vogais: Dr. António Manuel Paredes Pereira da Cunha

Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho

Dr. Marco Bruno Santos

Eng.º João Machado Pragosa

Fiscal Único

“Ernst & Young” Audit & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.,

representada por:

Dr. Paulo Jorge Luís da Silva

Dr. Rui Abel Serra Martins (Suplente)



4. Missão e Posicionamento Estratégico

4. Missão e Posicionamento Estratégico

4.1 Missão

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

4.2 Visão

Ser uma Concessão que se constitua como *benchmark* nacional na relação custo/eficiência do serviço.

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

4.3 Valores

Com uma cultura própria, os Acionistas da Águas de Alenquer têm sabido escolher um percurso vencedor. Pretendemos inculcar essa cultura através da assunção dos seguintes valores para as nossas empresas participadas:

- Dinamismo e Profissionalismo
- Espírito de Equipa
- Criação de valor
- Respeito pelo ambiente
- Ética
- Estabilidade

4.4 Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da Águas de Alenquer na comunidade Alenquerense.

Recursos Humanos:

- Otimizar a formação dos colaboradores da empresa ultrapassando os valores previstos na lei;
- Aperfeiçoamento do sistema de avaliação de desempenho;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Cumprir o plano de investimentos e de manutenção previsto;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Assegurar a inexistência de extravasamentos de águas residuais domésticas na rede de saneamento;
- Redução das perdas de água na rede de abastecimento.

Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;
- Promover a implementação de uma nova estrutura tarifária mais adequada aos interesses dos nossos clientes.

Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Maximizar os proveitos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura.

Qualidade:

- Promover a melhoria contínua;
- Manter a certificação em Qualidade, Ambiente e Segurança.



5. Síntese da Atividade 2025

5. Síntese da atividade de 2025

5.1 Factos Relevantes

Apresentam-se os factos mais relevantes ocorridos em 2025 com implicação no negócio e na situação global da empresa. Em destaque, a aplicação do tarifário no dia 1 de janeiro conforme previsto no Contrato de Concessão e na legislação do sector. Em resumo:

- Aplicação do tarifário de 2025 no dia 1 de janeiro;
- Estabilização do preço da energia, mantendo-se a variabilidade no preço dos combustíveis e principais matérias-primas, num cenário de instabilidade geopolítica na Europa e no Médio-Oriente;
- Ligeiro crescimento do número de consumidores, com a estabilização dos consumos. Avaliação positiva no estudo de satisfação de clientes realizado pela Nielsen;
- Identificação de situações ilícitas de consumo, mantendo as medidas de fiscalização e controlo dos locais de consumo;
- Manutenção e renovação do sistema de telemetria em grandes clientes e principais áreas de rega;
- Potenciação de origens próprias pelos utilizadores domésticos e não domésticos;
- Estabilização dos níveis freáticos associados às captações municipais em exploração pela Águas de Alenquer. Colapso da captação municipal do Fiandal;
- Apesar da melhoria do rendimento do sistema de abastecimento de água, manteve-se o volume de água perdido, num contexto adverso de sustentabilidade infraestrutural dos sistemas municipais em exploração pela Água de Alenquer e do impacto causado pelas tempestades de outubro e novembro, com destaque para a *Depressão Cláudia*;
- Problemas operacionais derivados de incrustações de calcário na rede e número de avarias na rede;
- Instabilidade das características da água fornecida para consumo humano na nova origem de água ao Reservatório de Vila Alta (EPAL | AdVT);
- Prossecução do Plano de Gestão de Perdas e Energia (PENSA) que integra eficiência hídrica e energética, Plano de Gestão de Caudais Indevidos (GCI) e da atualização do Plano de Segurança da Água (PSA);
- No âmbito do Plano de Redução de Perdas, reforço dos sistemas de vigilância e monitorização da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais através de um maior número de ponto de controlo da rede por via do sistema de telegestão e telealarmes integrados no sistema FlowWise;
- Progresso do Projeto AgIR da AdTA (Fundo Ambiental): melhor caracterização dos utilizadores industriais;
- Manutenção da certificação nos referenciais ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001.

5.2 Envoltente Exterior

5.2.1 Enquadramento Macroeconómico

Geral

O exercício de 2025 decorreu num contexto económico internacional ainda marcado por elevada incerteza, associada à persistência de tensões geopolíticas, nomeadamente o conflito na Ucrânia e a instabilidade no Médio Oriente. Apesar destes fatores, os mercados financeiros apresentaram maior estabilidade face aos anos anteriores, com impacto mais contido nos preços da energia e das matérias-primas.

Na área do euro, a inflação continuou o seu percurso de desaceleração, aproximando-se gradualmente do objetivo de médio prazo do Banco Central Europeu. Este enquadramento permitiu uma orientação menos restritiva da política monetária, traduzida numa redução gradual das taxas de juro diretoras, com efeitos positivos nas condições de financiamento da economia.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores médios no fim do período).

	2023	2024	2025
Euribor 1M	3,17%	3,60%	1,99%
Euribor 3M	3,35%	3,61%	2,11%
Euribor 6M	3,56%	3,53%	2,15%
Euribor 12M	3,85%	3,31%	2,16%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

Portugal

A economia portuguesa manteve uma trajetória de crescimento moderado em 2025, beneficiando sobretudo da dinâmica da procura interna. De acordo com as projeções do Banco de Portugal, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento em torno de 2,0%, refletindo a recuperação do consumo privado, apoiada pelo aumento do rendimento real das famílias, e a evolução favorável do investimento, em particular associado à execução de fundos europeus.

O contributo do setor externo manteve-se mais contido, num contexto de menor crescimento dos principais parceiros comerciais, ainda assim com a balança corrente a permanecer globalmente equilibrada.

O mercado de trabalho apresentou-se resiliente ao longo do período, com níveis de emprego próximos de máximos históricos. A taxa de desemprego manteve-se em valores reduzidos e relativamente estáveis, refletindo a solidez da atividade económica, ainda que com sinais de moderação no ritmo de criação de emprego.

A inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor Harmonizado (IHPC), continuou a desacelerar em 2025, situando-se em média em torno de 2,2%, refletindo a normalização dos preços da energia e a menor pressão sobre os custos de produção. Esta evolução contribuiu para a recuperação do poder de compra das famílias e para um ambiente económico mais previsível. Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base nos dados Banco de Portugal e do INE.

	2023	2024	2025
PIB	2,5%	2,1%	2,0%
IPC	4,3%	2,4%	2,1%
IHPC	5,3%	2,7%	2,2%
Desemprego	6,5%	6,4%	6,2%
Consumo Privado *	2,0%	3,0%	3,6%
Consumo Público *	0,6%	1,5%	1,6%
Exportações *	3,5%	3,1%	1,1%
Importações *	1,7%	4,8%	5,3%

Fonte: Banco de Portugal e INE (Base2012). *Dados a dezembro 2025

5.2.2 Enquadramento do Setor 2025

Ao nível nacional, o PENSAARP 2030 – Plano Estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais no horizonte temporal de 2021 a 2030. Este plano estratégico tem como objetivos

globais a promoção da eficácia, eficiência e sustentabilidade dos serviços e a valorização do ambiente, da economia e da sociedade através dos mesmos serviços.

Portugal - Atividade do Setor

De acordo com o RASARP 2025, existem atualmente em Portugal 352 entidades gestoras, das quais 222 com atividade de abastecimento público de água, 223 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 258 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2025), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (173) e de população (4,9 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 6,9 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	4	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	9
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	4	-	-
Serviços Municipais	2	-	-
	19	12	23

Fonte: ERSAR, RASARP, 2025 | ano referência: 2024

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal, 214 entidades no abastecimento de água e 237 no saneamento de águas residuais, repartidas, respetivamente, por 7 e 6 modelos de gestão.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 2,4 milhões de habitantes e 136 concelhos, assim como os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,5 milhões de habitantes e 27 concelhos, seguindo-se as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,2 milhões de habitantes e 68 concelhos, e as concessões municipais, com cerca de 1,6 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,0 milhões de habitantes e 138 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,5 milhões de habitantes em 25 concelhos, as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,1 milhões de habitantes em 67 concelhos, as concessões municipais, com 1,4 milhões de habitantes em 21 concelhos, e as parcerias Estado/Municípios, com 0,8 milhões de habitantes distribuídos por 25 concelhos.

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	23	21	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	3	3	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	30	28	20
Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	21	20	9
Serviços Municipais	135	138	206
TOTAL	214	211	237

Fonte: ERSAR, RASARP, 2025 | ano referência: 2024

No que se refere à avaliação da qualidade de serviço, acessibilidade física dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, é atualmente considerada boa para o território continental (RASARP, 2025).

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%
Área mediantemente urbana	96%
Área predominantemente rural	94%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2024

Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	98%
Área mediantemente urbana	89%
Área predominantemente rural	78%

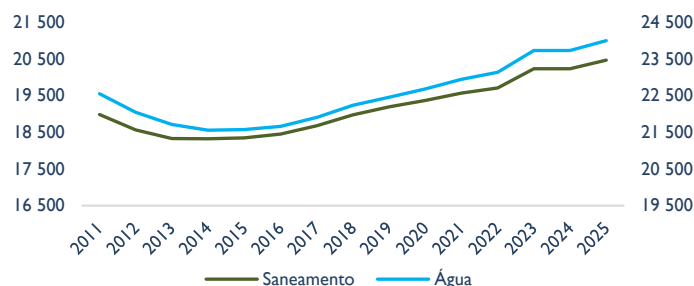
No que se refere aos restantes indicadores, sem prejuízo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas entidades gestoras, o RASARP 2025 destaca como principais oportunidades de melhoria nos serviços em baixa:

- Abastecimento de água - ocorrência de falhas no abastecimento, resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação escritos, adesão ao serviço, água não faturada, reabilitação de condutas, ocorrência de avarias em condutas, perdas reais de água, eficiência energética de instalações elevatórias e produção própria de energia.
- Saneamento de águas residuais - ocorrência de inundações, resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação escritos, adesão ao serviço por rede fixa, reabilitação de coletores, ocorrência de colapsos estruturais em coletores, monitorização da condição de coletores, eficiência energética de instalações elevatórias, produção de água para reutilização, produção própria de energia, controlo de descargas de emergência e de tempestade e controlo de descargas de emergência e de tempestade.

5.2.3 Enquadramento Comercial

Clientes de água e saneamento

A estabilização da situação socioeconómica, o preço da habitação na região de Lisboa e o nível de empregabilidade existente no concelho, contribuíram para a evolução crescente do número de clientes, totalizando no final do ano um máximo histórico de 24.000 clientes de AA e 20.468 clientes de AR (ver gráfico).

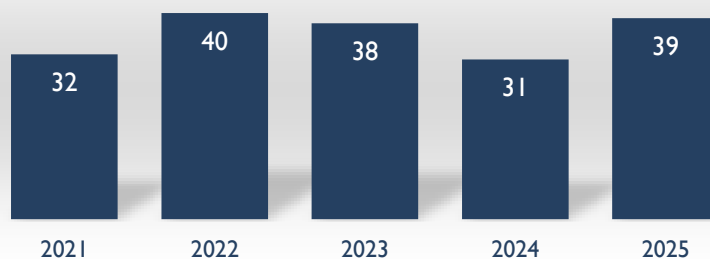


A continuidade do crescimento do mercado da construção, a subida de preço do mercado imobiliário na região de Lisboa, o impulso verificado na reabilitação urbana dos núcleos históricos em conjunto com o crescimento da comunidade emigrante residente no concelho, contribuíram para a evolução positiva do número de cliente. Apesar desta variação promovida por fatores externos à Concessão, a distribuição relativa do número de clientes por freguesia não sofreu alterações, mantendo-se o maior peso relativo de clientes nos centros urbanos de Alenquer e Carregado em detrimento das freguesias não urbanas. Continua a verificar-se a tendência de redução do peso relativo dos clientes industriais relativamente aos clientes domésticos, resultante da alteração do tecido empresarial no Município e da procura de origens alternativas para utilização industrial (captações próprias). Salienta-se ainda a manutenção das ações de fiscalização e controle de lugares vagos e o reforço das ações de inspeção de locais de consumo fraudulento, dando assim continuidade às ações de promoção da adesão ao sistema público municipal de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.

O gráfico anterior apresenta a evolução anual do número de cliente de água e de saneamento, sendo de realçar a manutenção do rácio de clientes de saneamento vs. clientes de água (85%).

No seguimento da melhoria contínua dos procedimentos internos da empresa, procurou-se garantir um prazo médio de resposta a reclamações baixo (2,1 dias úteis de resposta). Relativamente a 2024 registou-se um aumento do número de reclamações (+26%), em alinhamento com o histórico. Referir que cerca de 57% das apresentadas foram indeferidas. A nível global regista-se um rácio de 1,6 reclamações por cada mil clientes.

Registo de Reclamações



No quadro seguinte são apresentados alguns valores que caracterizam a atividade no período 2023-2025.

Indicadores Gestão de Clientes – Água	2023	2024	2025
Consumo Médio Mensal - (m3/cliente/mês)	9,07	9,43	9,59
Fatura Média Mensal - (€)	30,01	31,61	35,08
Novos Contratos - (un.)	635	615	629
Baixas de Contratos - (un.)	304	355	361
Cortes Efetuados Média Mensal - (un.)	99	106	93

De salientar a função do sítio da Águas de Alenquer como veículo fundamental de comunicação com os Utilizadores, bem como a aplicação myAqua e a Loja Cliente. Em 2025 manteve-se uma crescente adesão ao débito direto e à fatura eletrónica, fortalecendo o peso relativo deste canal de envio da faturação emitida, situando-se nos 45,7% do total de faturas enviadas. Destacamos também a aproximação continua aos utilizadores através dos canais não presenciais, sendo de destacar a plataforma GoContact de atendimento telefónico, e-mail e Webchat, bem como a disponibilização de meios alternativos de pagamento (MBway).

5.2.4 Enquadramento Interno do Setor

Captação, Tratamento e Distribuição de Água

Durante o ano de 2025, o volume de água entrada no sistema de distribuição foi de $3,6 \times 10^6$ m³, superior ao volume entrado em 2023 ($+76,6 \times 10^3$ m³). Do volume entrado no sistema, $3,54 \times 10^6$ m³ foram adquiridos à Águas do Vale do Tejo e os restantes $52,85 \times 10^3$ m³ produzidos em captações municipais “em baixa” em exploração pela Águas de Alenquer ou adquiridos ao Concelho de Arruda dos Vinhos e Vila Franca de Xira. De salientar as restrições impostas às captações municipais em exploração pela Águas de Alenquer pelos baixos níveis freáticos verificados e restrições operacionais nas captações.

O volume de água faturado em 2025 foi de aproximadamente $2,75 \times 10^6$ m³, registando-se uma ligeira subida de consumos no município de Alenquer. Na distribuição por tipo de consumidor, os consumidores domésticos continuam a ter a maior representatividade: 69,2% do volume faturado. Nos consumidores não-domésticos, a Autarquia representa cerca de 12%, o comércio 32% e a indústria 43%. O remanescente, é repartido pelos restantes consumidores não-domésticos. De salientar o aparecimento em 2012 das tarifas sociais que englobam o tarifário doméstico para famílias numerosas e o tarifário doméstico para famílias de menor rendimento, que representaram no seu conjunto 2,7% dos consumos verificados.

Apesar do melhor rendimento do sistema (22,4% em 2025 vs 22,9% em 2024), do investimento permanente na monitorização e no controlo dos caudais que circulam no sistema ao sistema de abastecimento de água, na pesquisa ativa de fugas e na rápida reparação de avarias, o volume de água perdido na rede manteve-se inalterado (806×10^3 m³). Em 2025 foram continuadas as medidas operacionais relacionadas com a pesquisa ativa de fugas, promoção de ações de fiscalização e colocação de contadores de vidro em locais com indício de violação. Apesar do investimento realizado desde 2021 em articulação com o município na renovação da rede de abastecimento de água, a infraestrutura municipal em exploração pela Águas de Alenquer permanece uma infraestrutura envelhecida de acordo com o Índice de Valor da Infraestrutura (IVI), carecendo de investimentos significativos de reabilitação e renovação não previstos no Contrato de Concessão. Às características físicas do sistema, acrescem os fortes constrangimentos provocados pelas incrustações de calcário existentes da rede de abastecimento de água, que em 2025 foram novamente gravosos na Freguesia de Santana da Carnota e União de Freguesias de Ribafria e Pereiro de Palhacana. Continuam por substituir as condutas na linha Gataria / Pereiro de Palhacana fortemente condicionadas desde o Verão de 2013. Importa por isso manter a articulação na renovação de redes em obras de reabilitação urbana ou rodoviária promovidas pelo Município.

No ano de 2025 foi integralmente cumprido o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, tendo sido realizadas 1 963 determinações a parâmetros de qualidade da água, de acordo com o programa de colheitas estabelecido. Todas as análises foram efetuadas em laboratório acreditado, tendo-se verificado uma violação aos valores paramétricos no sistema da termoelétrica no Carregado. Em 2025, a Águas de Alenquer foi novamente galardoada com o Selo de Qualidade Água para Consumo Humano atribuído pela ERSAR.

O sistema de abastecimento de água em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 702,7 km de condutas do sistema de abastecimento de água², 62 reservatórios, com uma capacidade acumulada de $18 \times 10^3 \text{ m}^3$ e 41 instalações elevatórias (44 estações elevatórias / centrais hidropressoras).

Recolha, Transporte e Tratamento de Efluentes

Durante o ano de 2025 o volume de água residual faturado pela Águas de Alenquer foi de $2,04 \times 10^6 \text{ m}^3$, sendo o volume registado à entrada das instalações de tratamento da Águas de Lisboa e Vale do Tejo / Águas do Tejo-Atlântico de $2,77 \times 10^6 \text{ m}^3$. A diferença nos caudais faturados e registados é devida às afluências indevidas ao sistema, influenciadas pelas características do ano hidrológico, com uma precipitação acumulada de 797mm (em 2024: 444mm). A precipitação ocorrida em 2025 permitiu a recuperação dos níveis freáticos nas captações municipais em exploração pela Águas de Alenquer, mas influenciou negativamente as infiltrações na rede de saneamento derivadas dos níveis freáticos e das infiltrações após os períodos de precipitação prolongada.

Para minimizar as afluências indevidas nas redes prediais e melhorar o desempenho do Sistema, mantiveram-se em articulação com o Município as campanhas de identificação de pontos de entrada de águas pluviais na rede de drenagem de águas residuais domésticas e as campanhas de caracterização e monitorização de efluentes envolvendo também a Águas do Tejo-Atlântico, desatacando a participação do Município de Alenquer no Programa AgIR da Águas do Tejo-Atlântico. Este Programa iniciado em 2022 e com o patrocínio do Fundo Ambiental permitiu uma melhor caracterização do tecido industrial existente no Concelho de Alenquer e uma melhoria qualitativa dos efluentes não-domésticos.

A faturação da Águas do Tejo-Atlântico, foi realizada com base nos caudais associados aos rendimentos garantidos previstos para o Município de Alenquer no EVEF do sistema multimunicipal para o período de convergência tarifária.

O sistema de saneamento em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 420,3 km de coletores² e condutas elevatórias e 15 estações elevatórias de águas residuais.

Trabalhos de Manutenção

Para além das atividades programadas de manutenção da rede de abastecimento de água, nomeadamente reservatórios, estações elevatórias e órgãos acessórios da rede, foram realizadas 369 intervenções de reparação de condutas, 265 reparações de ramais domiciliários e 239 reparações em acessórios de contadores e olhos-de-boi, invertendo assim a tendência de agravamento do número de avarias face aos anos anteriores. No ano 2025 foram ainda renovados integralmente 54 ramais de água em resultado da reparação de roturas e da pesquisa ativa de fugas, com a permanência de equipas internas e externas a percorrer recorrentemente toda a rede de abastecimento de água. Todos os trabalhos foram realizados maioritariamente com meios próprios, sustentando assim a aposta de internalização iniciada em 2010. De salientar ainda a campanha permanente de substituição de contadores (2395 contadores substituídos em 2025), que garante uma idade média do parque de contadores sujeitos a faturação de aproximadamente 5 anos. A campanha de substituição de contadores agora iniciada, fortemente ampliada pelos problemas de calcário existentes, inicia a terceira renovação integral do parque de contadores.

No sector de saneamento procedeu-se à limpeza preventiva de 244 km de coletores de saneamento, procurando assim minorar as avarias no sistema. Realizaram-se durante o ano 94 desobstruções na rede de coletores e 18 desobstruções em ramais domiciliários. De salientar ainda as medidas de redução de afluências indevidas, com

² Atualização da extensão de rede por via da integração de novos loteamentos ao abrigo do Terceiro Aditamento ao Contrato de Concessão

destaque para a realização de inspeções vídeo e a reabilitação dos troços críticos, melhorando, em paralelo, o cadastro associado a estas infraestruturas.

Foi efetuado o despejo de 268 fossas sépticas domésticas tendo sido recolhidos aproximadamente 1 623 m³ de águas residuais nessa operação.

Outras Atividades

Ao longo do ano de 2025 deram entrada e foram objeto de parecer técnico 118 projetos de redes prediais (abastecimento de água e de drenagem de águas residuais), perspetivando assim continuidade da atividade de construção no Município. Foram efetuados 94 orçamentos para ramais de água, tendo sido executados 69 ramais, e efetuados 35 orçamentos para ramais de saneamento, com a execução de 37 ramais de saneamento. As restrições impostas pelo Regulamento Municipal de trabalhos na via pública, com novas regras na reposição de pavimentos, continuam a ter reflexo na realização de novos ramais devido o impacto no custo final do ramal para o Utilizador, bem como a não autorização, ou limitação, por parte do Município de novos pedidos de ligação em terrenos (contadores de regas).

A limpeza, desinfecção e higienização de todos os reservatórios em exploração decorreu conforme planeada. Foram criadas 2 novas zonas de controlo de caudal e instalado equipamento de telecontrolo/telegestão em mais 3 pontos de medição e controlo existentes com vista à melhoria operacional da rede. Em paralelo, continuam em operação as ferramentas funcionais com o suporte acionista: i) FlowWise: Ferramenta de controlo de caudais, baseada numa análise de métodos estatísticos, que produz e monitoriza perfis e padrões de consumo em zonas de medição e controlo. Esta monitorização (em contínuo) é suportada pela base de dados da telegestão, que leva à deteção automática de fugas de água, rebentamento de condutas ou avarias dos contadores; ii) Workwise: Ferramenta de gestão de ordens de serviço e portabilidade das mesmas; iii) AquaControl: Ferramenta de gestão do PSA; e iv) GoContact: plataforma de atendimento de clientes.

Quanto a matérias ambientais, é de referir 31 descargas de águas residuais por avaria, todas comunicadas à APA – Agência Portuguesa de Ambiente / ARH Tejo (Administração da Região Hidrográfica do Tejo) no integral cumprimento da legislação aplicável, tendo sido tomadas medidas operacionais com carácter de emergência para reposição do serviço de drenagem no menor período de tempo.

De destacar que a Águas de Alenquer através dos sistemas de micro geração de energia elétrica instalados nas suas instalações evitou a emissão de aproximadamente de 7,3x10³ kg de CO₂, compensando assim cerca de 90% das necessidades energéticas das instalações operacionais (loja e armazém) através das 8 unidades de microgeração fotovoltaica instaladas.

Em termos de Investigação e Desenvolvimento será de destacar a participação nos projetos corporativos: Iniciativa PENSA (Programa para a Sustentabilidade dos Serviços de Água e Gestão Eficiente de Ativos) promovido pela AGS em parceria com o LNEC e o Projeto PSA II (Plano de Segurança da Água), com a orientação da Aquapor.

5.2.5 Regulação

Em março de 2025 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer o relatório anual de exploração e gestão, referente ao ano de 2024, e em setembro foi apresentado o relatório semestral relativo à atividade desenvolvida no primeiro semestre de 2025, dando assim cumprimento ao estipulado nas cláusulas 82^a e 83^a do Contrato de Concessão.

Durante o ano de 2025 manteve-se o relacionamento positivo com a Câmara Municipal de Alenquer, tendo a Concedente promovido diversas ações de acompanhamento da atividade comercial e operacional, das quais

resultaram sugestões de melhoria acolhidas e implementadas. Neste âmbito, salienta-se a realização de reuniões mensais de acompanhamento entre a Administração da empresa e o Assessor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Concessão.

Em 2025, a Águas de Alenquer foi alvo de um processo de contraordenação instaurado pela ERSAR sobre o PCQA de 2022 (Processo 29019/2025), devido ao atraso na comunicação de alteração da data de uma colheita em Casais da Pedreira prevista para o dia 29 de setembro. Após reclamação, a sanção final foi de admoestação, sem qualquer sanção acessória dada a conduta histórica da arguida.

A Comissão de Acompanhamento da Concessão, constituída em junho de 2014 nos termos do Decreto-lei n.º 194/2009 de 20 de agosto, reuniu trimestralmente durante o ano de 2025 de forma ordinária, e de forma extraordinária uma vez.

O tarifário de 2025 entrou em vigor no mês de janeiro de 2025, tendo sido aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Alenquer de 16 de dezembro de 2024 após parecer prévio favorável por parte da Entidade Reguladora através do Ofício N.º O-004846/2024 de 14/11/2024). Em novembro de 2025 foi apresentada ao município a proposta de atualização tarifária (atualização contratual) para o ano de 2026, conforme previsto no Contrato de Concessão e após parecer favorável da ERSAR. O tarifário referente ao ano de 2025 é apresentado no quadro seguinte, sendo aplicável IVA à taxa de 6% para os serviços de água e saneamento e de 23% para outros serviços.

Tarifário 2025

(a vigorar a partir de janeiro 2025)

TARIFAS (base 30 dias)		
Descrição	2025	
	(30 dias)	(dia)
Doméstico		
Domésticos (15, 20 e 25 mm) [Q3 ou Qn ≤ 4m ³ /h]	6,4435 €	0,2148 €
Não Doméstico		
Até 25 mm [Q3 ou Qn ≤ 4m ³ /h]	6,5818 €	0,2194 €
mais de 25 mm a 50 mm [6,3 m ³ /h ≤ Q3 ou Qn ≤ 16m ³ /h]	29,9172 €	0,9972 €
mais de 50 mm a 100 mm [25 m ³ /h ≤ Q3 ou Qn ≤ 63 m ³ /h]	59,8343 €	1,9945 €
mais de 100 mm [100 m ³ /h ≤ Q3 ou Qn ≤ 160 m ³ /h]	107,7016 €	3,5900 €
Tarifa Social e Familiar	0,0000 €	0,0000 €

Tarifa Variável de abastecimento de água:(€/m ³)	
Domésticos	
1º Escalão (0 até 5m ³ /30 dias)	0,6943 €
2º Escalão (superior a 5 e até 15m ³ /30 dias)	1,3728 €
3º Escalão (superior a 15 e até 25 m ³ /30 dias)	2,2240 €
4º Escalão (superior a 25m ³ /30 dias)	3,4885 €
Tarifa familiar	
Base tarifária dos utilizadores domésticos com alargamento dos escalões de 3m ³ por cada descendente além do 2º filho	
Tarifa Social	
1º Escalão (0 a 5m ³ /30 dias)	0,0000 €
2º Escalão (superior a 5 e até 15m ³ /30 dias)	0,6943 €
3º Escalão (superior a 15 e até 25 m ³ /30 dias)	2,2240 €
4º Escalão (superior a 25m ³ /30 dias)	3,4885 €
Não domésticos	
Escalão Único	2,2240 €
Autarquia e Juntas de Freguesia	
Escalão Único	1,3728 €

Tarifa Fixa de saneamento: (€)		
	(30 dias)	(dia)
Doméstico	100% Tarifa fixa de abastecimento de água	
Não Doméstico		

Tarifa Variável de saneamento: (€/m ³)	
	(30 dias)
Domésticos	90% Tarifa variável de abastecimento de água
Não Doméstico	

Tarifas por outros serviços	
Abastecimento de Água: (€)	
Vistoria Habitação (por fogo e anexos) *	110,4779 €
Ligação à rede de distribuição de água	64,8025 €
Tarifa de aferição de contador se solicitada	110,4779 €
Restabelecimento de ligação de água	58,9247 €
Verificação extraordinária de contadores	29,4625 €
Saneamento: (€)	
Ligação Habitação (por fogo e anexos)	34,7281 €
Vistoria Habitação (por fogo e anexos) *	84,9414 €
Desobstrução (por cada hora ou fracção)	96,8168 €
Limpeza de fossas (por cada carga de 3m ³) **	105,6303 €
Gerais: (€)	
Pedido de informação sobre o sistema público	17,9503 €
Pedido de Orçamento	29,9172 €
Taxa de deslocação	29,0914 €
Análise de projetos	182,8107 €
Outros serviços não especificados ***	20%

Ramais domiciliários ****	
Abastecimento de Água: (€)	
Valor Fixo (€):	
até 1"	479,4399 €
1 ¼"	491,2395 €
1 ½"	684,4804 €
2"	764,2634 €
maior que 2"	948,5529 €
Valor Variável (€/metro)	
até 1"	74,9365 €
1 ¼"	75,6665 €
1 ½"	75,6665 €
2"	76,7076 €
maior que 2"	76,7076 €
Saneamento: (€)	
Valor Fixo (€):	
até 140 mm	1 003,1340 €
maior que 140mm	1 062,1425 €
Valor Variável (€/metro)	
até 140 mm	101,7901 €
maior que 140 mm	109,1617 €

Acresce IVA à taxa legal em vigor.

Os utilizadores não domésticos de carácter industrial conforme Secção VIII do Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer (Edital n.º 190/2013, de 4 fevereiro).

Notas:

* Aplicável apenas a pedido do utilizador.

** Para os contratos de recolha celebrados com o utilizador final, tarifa aplicável em limpezas adicionais a duas cargas anuais (duas cargas de 3m³) e para serviços urgentes.

*** Outros serviços não especificados: 20% sobre o valor do orçamento.

**** Ramais: gratuito para a primeira ligação de Utilizadores Domésticos com disponibilidade de serviço até 20 metros do limite de propriedade.

Durante o mês de setembro foi submetido à Entidade Reguladora o Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) para o ano de 2026, tendo merecido a sua aprovação em “alta” e em “baixa”. O Plano aprovado para o ano de 2025 foi cumprido na íntegra, com uma violação de valor paramétrico (incumprimento) num total de 1963 determinações. Em 2025 a Águas de Alenquer obteve o selo de qualidade “Água para consumo Humano” atribuído pela ERSAR.

5.3 Estrutura Organizacional

5.3.1 Organograma

O organograma da Águas de Alenquer apresenta a seguinte estrutura:



5.3.2 Formação

Formação 2025	N.º de Horas
15 min. Segurança	39
Alcanena Green Week 2025	2,5
Aquaworks - Administradores	18
Aquaworks - Gestores	54
Aquaworks - Formação para Operadores	120
Cibersegurança (on-line)	25
Conferência Final do Projeto "Life Fitting"	12
Curso Europeu de Primeiros Socorros	60
Demonstração do sistema "Chave de operação digital para válvulas"	1,5
Demonstração equipamentos / ferramentas Dewalt	11
Demonstração equipamentos / ferramentas Makita	7
ERSAR - Ação de sensibilização para a utilização de água para reutilização	2
Formação Condução Defensiva	192
Formação Inicial On job - Back-Officie - Gestão de Clientes (14/02/2025 a 14/08/2025)	120
Formação Inicial On job - Canalizador (06/01/2025 a 06/04/2025)	120
Formação Inicial QAS	1
Licenciatura em Ciências do Ambiente	160
Manutenção de Válvulas Redutoras de Pressão	42
Passaporte de segurança	70
Portugal Smart Cities Summit	4,5
PSA/PSS	18
Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho	52,5
Raush Mincam Modelo MC250	5
Transição da Diretiva Máquinas para o Regulamento (EU) 2023/1230	4
Webinar - Regulamento da Qualidade de Serviço	4
	1145

Em termos de carga horária verificou-se uma média de 30 horas de formação por colaborador. Toda a formação realizada em horário laboral.

5.3.3 Recursos Humanos

O quadro de pessoal da Águas de Alenquer é composto por 35 colaboradores, dos quais 2 em regime de requisição à CMA.

A antiguidade média dos trabalhadores é de 13 anos.

A estrutura dos colaboradores da Empresa é distribuída da seguinte forma: homens 71,4% e mulheres 28,6%, com distribuição por faixa etária apresentada na tabela anterior.

Na tabela seguinte apresenta-se a distribuição dos colaboradores por habilitações literárias, sendo de destacar que 77% dos colaboradores da empresa possui o 12º ano de escolaridade ou superior.

Faixa Etária	N.º de Colaboradores		
	2023	2024	2025
20 - 24	1	1	2
25 -29	0	1	1
30 - 34	3	1	2
35 - 39	7	6	6
40 - 44	11	12	10
45 - 49	3	3	4
50 - 54	5	5	6
mais de 55	4	4	4
	34	33	35

Habilitações Literárias	N.º de Colaboradores		
	2023	2024	2025
Ensino Superior	5	5	5
Bacharelato	1	1	1
12.º Ano	20	19	21
10.º Ano	1	1	1
Ensino Básico	7	7	7
	33	34	33

Descrição	2025		2024		2023	
	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas
Pessoal ao serviço da empresa	35	57 224	33	58 032	34	57 504
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	35	57 224	33	58 032	34	57 504
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa	0	0	0	0	0	0
Pessoal ao serviço da empresa por tipo horário	35	57 224	33	58 032	34	57 504
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	35	57 224	33	58 032	34	57 504
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	35	57 224	33	58 032	34	57 504
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0	0	0	0	0
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0	0	0	0	0
Pessoal ao serviço da empresa por sexo	35	57 224	33	58 032	34	57 504
Homens	25	40 706	24	41 730	25	42 465
Mulheres	10	16 518	9	16 302	9	15 039
Pessoal ao serviço da empresa das quais	0	0	0	0	0	0
Pessoal ao serviço da empresa afetas à Investigação e Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0
Prestadores de serviço	0	0	0	0	0	0
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	0	0	0	0	0	0

No ano de 2025 registaram-se 2 acidentes de trabalho, com um total de 132 dias de ausência ao trabalho.

5.3.4 Regras Societárias

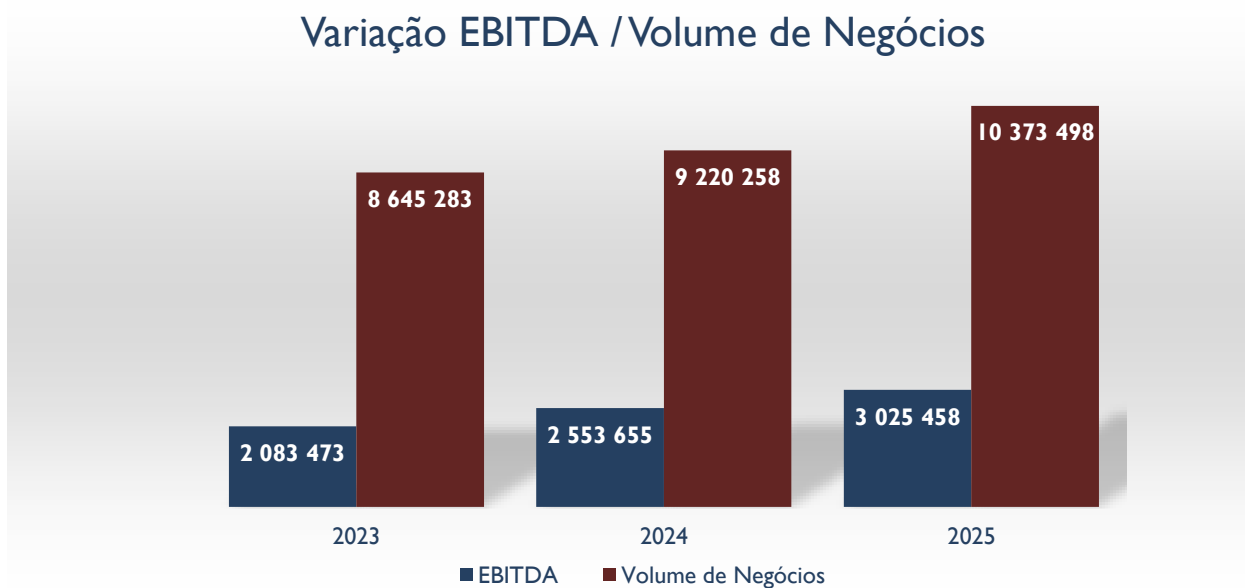
O Conselho de Administração reúne regularmente com uma periodicidade mínima trimestral para deliberar sobre assuntos de interesse para a Águas de Alenquer. Para obrigar a sociedade, em qualquer ato administrativo, é necessária a assinatura conjunta de dois Administradores, à exceção de algumas funções devidamente delegadas por via de procuração.

Foram conferidas funções executivas a um dos administradores, através de procuração, com poderes de gestão corrente, *plafonds* de aprovação de investimento e despesa e de celebração de contratos com terceiros até determinados limites.

A administração executiva realiza reuniões internas semanais com os diretores da empresa para complementar a gestão da empresa. Os diretores reúnem periodicamente com os seus colaboradores.

5.4 Desempenho da Empresa

No ano 2025, o Volume de Negócios registou uma variação positiva de 1 153 240 Euros (+12,5%), para a qual contribuíram fortemente os maiores volumes de água de abastecimento e águas residuais faturados. O EBITDA teve uma variação positiva de 471 803 Euros (+18,5%), efeito da atualização tarifária em janeiro e do aumento do Volume de Negócios face a 2024.



	2023	2024	2025	Var. 24/25
	Euros	Euros	Euros	%
Ativo Líquido	18 341 224	19 112 269	19 020 801	-0,5%
Capitais Próprios	13 436 724	14 666 874	15 179 515	3,5%
Capital Social	1 500 000	1 500 000	1 500 000	-
Passivo Remunerado	0	0	0	-
<i>Divida Líquida (1)</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>-</i>
<i>Estrutura Financeira (2)</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>-</i>
<i>Autonomia Financeira (3)</i>	<i>73,26%</i>	<i>76,74%</i>	<i>79,80%</i>	<i>4,0%</i>
Rendimentos Operacionais	9 531 928	10 137 548	11 012 174	8,6%
EBITDA	2 083 473	2 553 655	3 025 458	18,5%
<i>Margem EBITDA (4)</i>	<i>21,86%</i>	<i>25,19%</i>	<i>27,47%</i>	<i>9,1%</i>
EBIT	987 619	1 396 400	1 839 332	31,7%
<i>Margem EBIT</i>	<i>10,36%</i>	<i>13,77%</i>	<i>16,70%</i>	<i>21,3%</i>
Resultado Financeiro	5 637	162 866	15 347	-90,6%
Resultado Líquido	765 719	1 230 908	1 499 780	21,84%

(1) - D/(D+E)

(2) - D/E

(3) -Capitais Próprios/ Ativo Líquido Total

(4) - EBITDA/ Rendimentos Operacionais

5.5 Análise Económico Financeira

5.5.1 Análise de Gastos e Rendimentos

Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais antes de amortizações ascenderam a 7.926.510 Euros, representando um acréscimo de 5,2% face ao período homólogo, para este acréscimo contribuí fortemente a variação na rubrica de gastos com subcontratos, + 97.579 Euros face a 2024 efeito do aumento do valor dos gastos com a manutenção e operação de EEA's e EEAR's e com a limpeza e desobstrução da rede de saneamento, e da variação da rubrica de Gastos com o pessoal em mais 84.463 Euros por via da entrada de 2 novos colaboradores e por menor número de absentismo.

No global, verificou-se um aumento de Gastos Operacionais no valor de 431.694 Euros, uma variação de 4,9% face ao ano anterior.

Gastos Operacionais	2023 euros	2024 euros	2025 euros	Peso %	Var.24/25 %
CMVMC	2 173 083	2 339 753	2 472 054	26,9%	5,7%
Subcontratos	2 606 419	2 465 063	2 562 643	27,9%	4,0%
Energia	275 078	247 709	238 808	2,6%	-3,6%
Trabalhos Especializados	917 854	970 919	1 039 023	11,3%	7,0%
Outros	481 744	527 903	544 465	5,9%	3,1%
Pessoal	919 750	985 054	1 069 516	11,7%	8,6%
Subtotal	7 373 927	7 536 401	7 926 510	86,4%	5,2%
Gastos de depreciação e de amortização	1 095 854	1 157 254	1 186 126	12,9%	2,5%
Perdas por imparidade	74 529	47 493	60 206	0,7%	26,8%
Total	8 544 309	8 741 148	9 172 842	100,0%	4,9%

O peso relativo dos Gastos Operacionais é detalhado no gráfico seguinte, sendo de destacar o peso relativo da compra de água e tratamento de efluentes decorrentes dos contratos de fornecimento e recolha celebrados entre o Município de Alenquer e a Águas do Vale do Tejo / Águas do Tejo Atlântico, que representam 48,7% dos Gastos Operacionais antes de Depreciações, Amortizações e Ajustamentos.

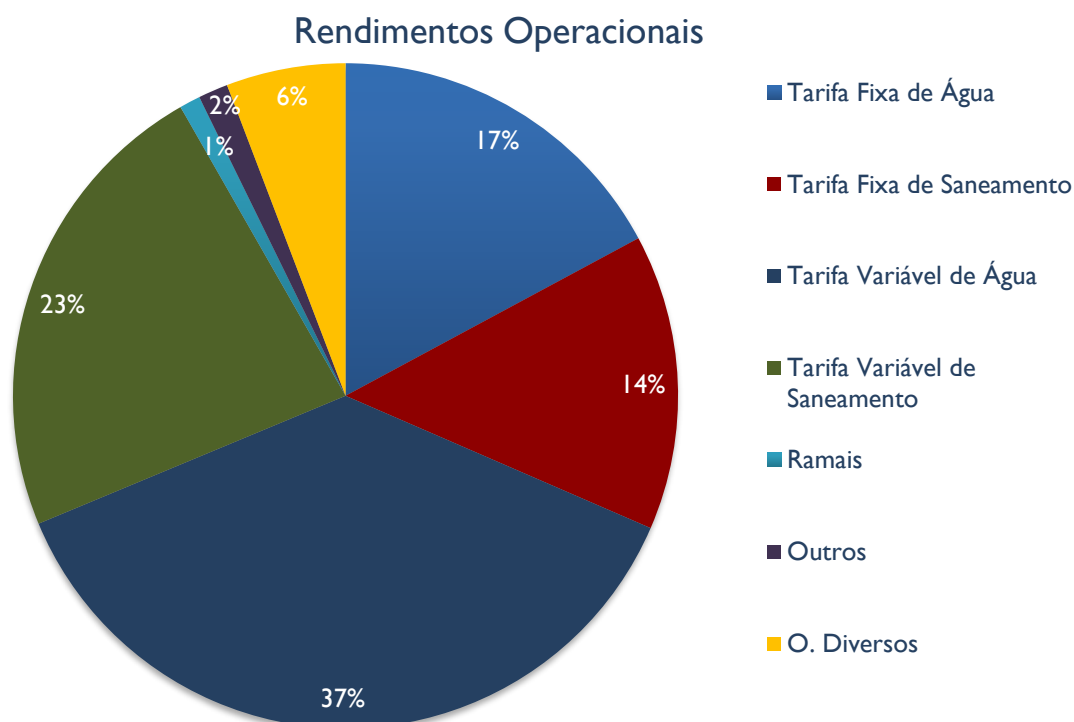


Rendimentos Operacionais

Durante o exercício de 2025, os Rendimentos Operacionais totais ascenderam a 11.012.174 Euros, representando um acréscimo de 874.625 Euros (+8,6%) em relação ao valor registado no final do ano anterior.

No ano 2025 verificou-se um aumento do Volume de Negócios de 1.153.240 Euros (+12,5%), face a 2024.

Rendimentos Operacionais	2023 Euros	2024 Euros	2025 Euros	Peso %	Var.24/25 %
Tarifa Fixa	3 000 957	3 141 860	3 470 267	31,5%	10,5%
Tarifa Fixa de Água	1 630 654	1 710 613	1 888 065	17,1%	10,4%
Tarifa Fixa de Saneamento	1 370 302	1 431 247	1 582 202	14,4%	10,5%
Tarifa Volumétrica	5 451 850	5 860 699	6 631 626	60,2%	13,2%
Tarifa Variável de Água	3 297 884	3 548 373	4 097 037	37,2%	15,5%
Tarifa Variável de Saneamento	2 153 966	2 312 326	2 534 589	23,0%	9,6%
Outros serviços	192 477	217 699	271 606	2,5%	24,8%
Ramais	63 565	65 955	112 321	1,0%	70,3%
Outros	128 911	151 745	159 284	1,4%	5,0%
O. Diversos	886 645	917 290	638 675	5,8%	-30,4%
Total	9 531 928	10 137 548	11 012 174	100,0%	8,6%



5.5.2 Análise do Balanço

O Ativo líquido da concessão atingiu no final do exercício de 2025 os 19.020.801 Euros. O Passivo total registou um decréscimo de 14% atingindo os 3.841.286 Euros, o Passivo Não Corrente registou um decréscimo de 7%, efeito da redução da provisão de investimentos de substituição, por via dos investimentos realizados. O Passivo Corrente registou uma diminuição de 17%, efeito da redução da dívida a fornecedores. Por outro lado, os Capitais Próprios aumentaram 3% atingindo 15.179.515 Euros efeito do resultado líquido do exercício, que em 2025 que ascendeu a 1.499.780 Euros.

	2023	2024	2025	Var. 24/25
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>%</i>
Ativo				
Ativo não corrente	12 103 693	11 151 227	10 287 692	-8%
Ativo corrente	6 237 531	7 961 042	8 733 109	10%
Inventários	63 611	60 130	70 319	17%
Dívida de Terceiros	5 014 769	4 912 503	5 568 072	13%
Diferimentos	10 192	8 030	8 693	8%
Caixa e depósitos bancários	1 148 961	2 980 379	3 086 025	4%
Total	18 341 224	19 112 269	19 020 801	0%
Capital Próprio	13 436 724	14 666 874	15 179 515	3%
Passivo	4 904 500	4 445 394	3 841 286	-14%
Passivo não corrente	1 745 010	1 576 160	1 467 267	-7%
Passivo corrente	3 159 491	2 869 234	2 374 019	-17%
Total	18 341 224	19 112 269	19 020 801	0%

5.5.3 Indicadores Económico-Financeiros

	2023	2024	2025	Var. 24/25
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Ativos fixos tangíveis	456 236	378 002	368 899	-2%
Ativos Intangíveis	11 434 487	10 546 851	9 680 632	-8%
Ativos por impostos diferidos	212 969	226 374	238 160	5%
	2023	2024	2025	Var. 24/25
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Capital Social	1 500 000	1 500 000	1 500 000	0%
Prestações Acessórias	3 948 558	3 948 558	2 961 418	-25%
Suprimentos	0	0	0	0%
Financiamento Bancário CP	0	0	0	0%
Financiamento Bancário MLP	0	0	0	0%
Total	5 448 558	5 448 558	4 461 418	-18%
Caixa e depósitos bancários	1 148 961	2 980 379	3 086 025	4%
Divida Líquida	4 299 597	2 468 179	1 375 394	-44%

Financeiro	2023	2024	2025	Var. 24/25
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Capital Social	1 500 000	1 500 000	1 500 000	0%
Ativo Líquido	18 341 224	19 112 269	19 020 801	0%
Ativos por impostos diferidos	212 969	226 374	238 160	5%
Volume de Negócios (€)	8 645 283	9 220 258	10 373 498	13%
Volume de Negócios / Cliente (€)	368	389	432	11%
Resultado Antes de Impostos (€)	993 256	1 559 266	1 854 678	19%
Resultado Líquido do Exercício (€)	765 719	1 230 908	1 499 780	22%
EBITDA (€)	2 083 473	2 553 655	3 025 458	18%

Rácios		2023	2024	2025
Rácios de Rentabilidade	Rentabilidade dos Capitais próprios	0,057	0,084	0,099
	Rentabilidade das Vendas	0,089	0,134	0,145
	Rentabilidade do Ativo	0,054	0,073	0,097
Rácios de endividamento	Rácios de endividamento	0,000	0,000	0,000
Rácios de Estrutura	Autonomia Financeira	0,733	0,767	0,798
	Solvabilidade	2,740	3,299	3,952
	Estrutura de Capitais	0,365	0,303	0,253
Rácios de Liquidez	Liquidez geral	1,974	2,775	3,679
	Liquidez reduzida	1,951	2,751	3,645
	Liquidez imediata	0,364	1,039	1,300

5.5.4 Principais Investimentos

No final de 2008, a Águas de Alenquer terminou a execução física do Plano de Investimentos referente à rede de drenagem de águas residuais, com a execução de 82,26 km de coletores, 5 estações elevatórias de águas residuais, 2.202 ramais e 6 novos reservatórios de água. Em 2013 foi executado o sistema elevatório de águas residuais do Fiandal para garantir uma solução alternativa ao sistema gravítico projetado inicialmente e interrompido por falta de disponibilização de terrenos, concluindo assim integralmente o Plano de Investimentos referente às obras de saneamento.

Em 2025 a Águas de Alenquer investiu 435.352 Euros relativos às seguintes infraestruturas e equipamentos:

- Execução de 2 novas zonas de medição de caudal e/ou estabilização de pressão;
- Instalação de equipamentos de telecontrolo para monitorização em contínuo e emissão de alarmes em 3 ZMC/VRP e substituição de 12 equipamentos em fim de vida, com a sua integração no software WaterWise;
- Instalação de 4 sondas multiparamétricas para monitorização em contínuo da qualidade da água e integração no sistema de telealarmes Zeben
- Substituição de equipamentos no sistema telegestão e de comunicação de várias instalações, com destaque para os sistemas Paúla <> Cabanas de Torres e Casal Pinheiro <> Albarrois;
- Remodelações diversas e em vários locais na rede de abastecimento de água, incluindo a substituição de condutas, ramais e melhoria do seccionamento de rede, com destaque para as freguesias de Ota, Alenquer (Camarnal e Brandão), Carregado (termoeletrica) e Vila Verde dos Francos (Lapaduços);
- Remodelação e beneficiação de várias estações elevatórias de água, incluindo substituição de equipamento, e de vários reservatórios, com destaque para o Reservatório de Cabanas de Torres;
- Renovação de vedações e portões em várias instalações no âmbito do PSA;
- Execução da nova captação do Fiandal, incluindo instalação de equipamento eletromecânico;
- Renovação do Parque de Contadores, com a substituição de 2395 contadores e renovação de 20 equipamentos de telemetria;
- Remodelações diversas na rede de águas residuais domésticas, incluindo a reabilitação e renovação de rede de drenagem de águas residuais domésticas em diversos locais, com destaque para o Carregado (Casais da Marmeleira);
- Substituição de equipamentos em várias EEAR e instalação de telealarmes;
- Fornecimento e instalação de placas informativas em fontanários públicos não ligados à rede pública em articulação com o Município de Alenquer;
- Aquisição de equipamento operacional diverso (água e águas residuais).

De destacar ainda a realização de Inspeção Vídeo CCTV e avaliação funcional de coletores em vários locais que conduziram à reabilitação de coletores supra referenciada.



6. Perspetivas para o Futuro

6. Perspetivas para o Futuro

A Águas de Alenquer pretende:

- Satisfazer continuamente as necessidades de abastecimento de água e drenagem de águas residuais aos Utilizadores do Sistema;
- Ser uma empresa ambientalmente responsável, contribuindo para a melhoria e preservação do meio ambiente;
- Contribuir para o desenvolvimento do Município de Alenquer, potenciando parcerias locais em situação de igualdade;
- Ser referência na relação custo/eficiência do serviço, transmitindo confiança aos seus Clientes;
- Promover uma cultura de melhoria contínua num quadro de sustentabilidade a longo prazo, suportada numa gestão eficiente dos recursos e numa adequada estrutura organizativa onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar;
- Apostar na formação dos recursos humanos;
- Criar competências que nos distingam na gestão dos nossos clientes, melhorando a imagem da empresa perante a sociedade.

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas de Alenquer, referenciamos:

- Evolução do sistema de faturação da atividade de saneamento e a evolução tarifárias dos sistemas multimunicipais;
- Evolução das taxas de juro e variação dos preços de energia e combustíveis;
- Variabilidade no preço e escassez dos principais materiais incorporados na atividade corrente da empresa;
- A dificuldade de renovação dos quadros;
- Evolução de consumos enquadrados na evolução da conjuntura socioeconómica criada pela situação de instabilidade e imprevisibilidade existente na economia global;
- Procura de origens alternativas pelos grandes clientes e clientes residenciais;
- Evolução das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água após a alteração da origem de água;
- Efeito das aflúncias indevidas no sistema de drenagem de águas residuais e as consequências das conclusões do Programa AgIR implementado pelo Município de Alenquer e a Águas do Tejo-Atlântico;
- Alterações climáticas e eventos extremos que potenciam, entre outros efeitos, a escassez e a sazonalidade dos recursos hídricos.



7. Considerações Finais
8. Outras Informações
9. Proposta de Aplicação de Resultados

7. Considerações Finais

O Conselho de Administração quer reafirmar o seu profundo reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que de uma forma direta ou indireta colaboraram na prossecução dos objetivos da Empresa, nomeadamente:

- A todos os colaboradores da empresa e dos seus acionistas, pela competência e dedicação demonstradas num cenário exigente;
- À Câmara Municipal de Alenquer, cuja colaboração permanente e na promoção da melhoria contínua do serviço prestado;
- Aos seus Acionistas, pelas orientações recebidas e pelo importante acompanhamento e confiança;
- Aos nossos clientes a quem procuramos prestar sempre um melhor serviço;
- Ao Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único pelo espírito interessado e positivamente crítico, no seguimento da atividade de empresa;
- Ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e restantes membros da Mesa, pela colaboração sempre dispensada;
- Aos fornecedores, pela colaboração na prossecução dos objetivos da Empresa.

8. Outras Informações

- Estamos atentos à evolução dos acontecimentos, ocorridos após fevereiro de 2021, que envolvem a invasão à Ucrânia por parte da Rússia, e na instabilidade criada no Médio-Oriente após os atentados de outubro de 2023 em Israel e as operações militares EUA/Israel no Irão. Estas situações originam uma incerteza global sobre a evolução da economia e dos mercados financeiros. Para além dos impactos conhecidos, não estimamos outros efeitos quer nas operações da Empresa, quer no cumprimento das suas obrigações, no entanto iremos manter o acompanhamento do desenvolvimento desta situação.
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus administradores no exercício de 2025;
- A sociedade não tem sucursais.

9. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido do exercício de 2025, positivo no valor de 1.499.780 Euros, seja transferido na totalidade para a conta de Resultados Transitados.

Alenquer, 23 de março de 2025



10. Contas do Exercício de 2025 e respetivo Anexo

10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2025 e Respetivo Anexo

10.1 Balanço

Entidade: AdA - Águas de Alenquer, SA

Balanço em 31 de dezembro de 2025

Euro

RUBRICAS	Notas	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	368 899	378 002
Ativos intangíveis	7	9 676 791	10 543 010
Outros Investimentos Financeiros	15	3 841	3 841
Ativos por impostos diferidos	14	238 160	226 374
Total de Ativos não Correntes		10 287 692	11 151 227
Corrente			
Inventários	9	70 319	60 130
Clientes	15	3 944 289	3 130 704
Estado e outros entes públicos	17.1	109 524	41 562
Outros créditos a receber	15	1 514 259	1 740 237
Diferimentos	17.2	8 693	8 030
Caixa e depósitos bancários	4	3 086 025	2 980 379
Total de Ativos Correntes		8 733 109	7 961 042
Total do Ativo		19 020 801	19 112 269
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	15	1 500 000	1 500 000
Outros instrumentos de capital próprio	15	2 961 418	3 948 558
Reservas legais	15	378 685	378 685
Resultados transitados	15	8 832 969	7 602 061
Ajustamentos/Outras variações capital próprio	15	6 663	6 663
Resultado líquido do período		1 499 780	1 230 908
Capital próprio atribuível ao grupo		15 179 515	14 666 874
Total do Capital próprio		15 179 515	14 666 874
Passivo			
Não corrente			
Provisões	12	1 060 978	1 130 706
Outras dívidas a pagar	15	99 026	116 526
Passivo por Impostos diferidos	14	307 263	328 928
Total do Passivo não Corrente		1 467 267	1 576 160
Corrente			
Fornecedores	15	1 306 161	1 760 439
Estado e outros entes públicos	17.1	140 658	243 890
Outras dívidas a pagar	15	927 201	864 905
Total do Passivo Corrente		2 374 019	2 869 234
Total do Passivo		3 841 286	4 445 394
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		19 020 801	19 112 269

10.2 Demonstração dos Resultados

Entidade: AdA Águas de Alenquer, SA

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2025

Euro

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2025	31.12.2024
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	11	10 373 498	9 220 258
Trabalhos para a própria entidade	10	247 264	166 088
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-2 472 054	-2 339 753
Fornecimentos e serviços externos	17.3	-4 375 108	-4 206 607
Gastos com o pessoal	17.9	-1 069 516	-985 054
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15	-46 932	-33 697
Provisões (aumentos/reversões)	12	124 547	227 678
Outros rendimentos	17.4	253 590	509 728
Outros gastos	17.5	-9 831	-4 987
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 025 458	2 553 655
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	17.6	-1 186 126	-1 157 254
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 839 332	1 396 400
Juros e rendimentos similares obtidos	11/17.8	17 036	166 752
Juros e gastos similares suportados	17.7	-1 689	-3 885
Resultado antes de impostos		1 854 678	1 559 266
Imposto sobre o rendimento do período	14	-354 898	-328 358
Resultado líquido do período		1 499 780	1 230 908
Resultado por Ação Básico		5,67	4,65

10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Entidade: AdA Águas de Alenquer, SA

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2025	31.12.2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		12 983 647	12 236 995
Pagamentos a fornecedores		-8 266 247	-7 642 985
Pagamentos ao pessoal		-532 819	-491 800
Caixa gerada pelas operações		4 184 581	4 102 210
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-455 472	-222 918
Outros recebimentos/pagamentos		-2 548 714	-1 973 970
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 180 395	1 905 321
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-87 610	-73 903
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-87 610	-73 903
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Reduções de capital e de outros instrumentos capital próprio		-987 140	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-987 140	0
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		105 645	1 831 418
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 980 379	1 148 961
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3 086 025	2 980 379

10.4 Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio

Entidade: AdA Águas de Alenquer, SA

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de dezembro de 2025

Euro

DESCRIÇÃO		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período		Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	8	1 500 000	0	3 948 558	378 685	0	6 663	7 602 061	1 230 908	14 666 873	14 666 874
APLICAÇÃO DE RESULTADOS											
Constituição da Reserva legal									0	0	0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados						0	1 230 908	-1 230 908		0	0
	9				0	0	1 230 908	-1 230 908		0	0
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (SNC)											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio											
	10			0		0	0			0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	11								1 499 780	1 499 780	1 499 780
RESULTADO INTEGRAL	12=10+11								1 499 780	1 499 780	1 499 780
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Realizações de capital											
Realizações de prémios de emissão											
Distribuições											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações				-987 139						-987 139	-987 139
	13			-987 139	0	0	0	0	0	-987 139	-987 139
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	14=8+9+10+11+13	1 500 000	0	2 961 419	378 685	0	6 663	8 832 969	1 499 780	15 179 513	15 179 515

Entidade: AdA - Águas de Alenquer, SA

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de dezembro de 2024

Euro

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Capital Próprio	
	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período		Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1 500 000		3 948 558	378 685		7 421	6 836 342	765 719	13 436 723	13 436 723
APLICAÇÃO DE RESULTADOS										
Constituição da Reserva legal								0	0	0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados						0	765 719	-765 719	0	0
				0		0	765 719	-765 719	0	0
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (SNC)										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						-757	0		-757	-757
			0			-757	0		-757	-757
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								1 230 908	1 230 908	1 230 908
RESULTADO INTEGRAL								1 230 908	1 230 908	1 230 908
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de capital										
Realizações de prémios de emissão										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	1 500 000		3 948 558	378 685		6 663	7 602 061	1 230 908	14 666 873	14 666 874

Período findo em 31 de dezembro de 2025

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em referência ao exercício de 2025.

As demonstrações financeiras, bem como os valores constantes neste anexo encontram-se expressos em euros, utilizando o método comum e arredondamento, até 0,50 euros arredondado para baixo, e acima de 0,50 euros inclusive arredondado para cima.

Índice do Anexo:

1. Identificação da entidade
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas
4. Fluxos de caixa
5. Políticas contabilísticas, alterações das estimativas contabilísticas e erros
6. Partes relacionadas
7. Ativos intangíveis
8. Ativos fixos tangíveis
9. Inventários
10. Contratos de construção
11. Rédito
12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
13. Acontecimentos após a data de balanço
14. Imposto sobre o rendimento
15. Instrumentos financeiros
16. Divulgações exigidas por diplomas legais
17. Outras informações

I. Identificação da entidade

I.1 Designação da sociedade

A AdA – Águas de Alenquer, S.A. (Águas de Alenquer) é uma sociedade anónima constituída em 07 de outubro de 2003, cujo objeto social consiste na Exploração e Gestão dos serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água, e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do Município de Alenquer, bem como a realização de Obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da Concessionária.

Para o cumprimento do seu objeto social, a Águas de Alenquer celebrou um Contrato de Concessão por um período de 30 anos com a Câmara Municipal de Alenquer a 17 de novembro de 2003.

No dia 2 de janeiro de 2004 foi celebrado o Auto de Consignação das infraestruturas, tendo-se iniciado o Funcionamento da Concessão pelo período de 30 anos.

A 12 de março de 2008 foi celebrado o Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão, tendo como razão principal o aumento dos custos associados à Águas do Oeste, não contemplados no Contrato de Concessão, e a revisão do Plano de Investimentos.

No dia 24 de julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão. Nesse âmbito, durante o ano de 2010 decorreram as negociações da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em janeiro de 2011. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi assinado a 16 de novembro de 2011, concluído o processo de aprovação nos órgãos municipais competentes. Este aditamento assegura a necessária adaptação à nova legislação do setor e imprime uma maior proximidade e compromisso junto dos utilizadores, através da fixação de níveis de serviços e adequação da estrutura tarifária, com a inclusão de um tarifário social e de um tarifário para famílias numerosas.

A resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água não está contemplada neste aditamento, continuando o Município a liderar este processo junto das diferentes entidades envolvidas.

Existe um conjunto de bens da concedente que estão a ser utilizados pela Concessionária, que serão restituídos no final da concessão. Os bens consignados em janeiro de 2004 ascendem 13.329.872 euros. Em novembro de 2010 foi realizada uma nova consignação referente a obras e aquisição de terrenos, realizada pelo Município após janeiro 2004 no valor 3.917.139 euros.

No dia 30 de novembro de 2015, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo e a Águas de Alenquer celebraram um Acordo com o objetivo de encerrar os processos judiciais existentes e estabelecer um plano de pagamentos para liquidação da totalidade da dívida vencida à data da sua celebração, incluindo o pagamento dos juros de mora vencidos. Com este Acordo as Partes comprometem-se a promover a extinção da instância em todos os processos judiciais pendentes entre as Partes e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo confirma a execução do abastecimento de água ao ponto de entrega em Alenquer III (reservatório de Vila Alta – Alenquer) a partir de uma nova origem, o Adutor Torres Vedras / Mafra, anulando assim a atual origem de água junto ao Rio Alenquer associada aos problemas de incrustações de calcário verificados na rede de abastecimento de água (Zona I).

Todos os valores associados a esta transação, incluindo juros de mora e custas judiciais, encontram-se registados e condicionaram o resultado do ano de 2015.

1.2 Sede da empresa

A empresa tem a sua sede na Rua do Convento de São Julião n.º 95, Carapinha, 2580-377 Alenquer.

1.3 Natureza da atividade

A montante e a jusante da atividade da Águas de Alenquer, encontra-se o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro. A Águas do Oeste, S.A. é a empresa concessionária do Sistema Multimunicipal por um período de 30 anos.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste configura-se como um sistema “em alta” que assegura o abastecimento de água aos municípios (sistema “em baixa”). O sistema municipal está consignado à Águas de Alenquer, entidade responsável pela distribuição de água a partir dos reservatórios municipais e a recolha das águas residuais domésticas provenientes das redes domiciliária de águas residuais no Município de Alenquer.

Nesse âmbito, a atividade “em alta” é atualmente garantida pela Águas do Vale do Tejo no fornecimento de água “em alta” e na recolha e tratamento dos efluentes gerados pela Águas do Tejo-Atlântico, através do Contrato de Fornecimento e do Contrato de Recolha, respetivamente, celebrados entre a extinta Águas do Oeste e o Município de Alenquer. A totalidade dos efluentes recolhidos é entregue ao Sistema Multimunicipal, que garante o fornecimento de cerca de 97% da água entrada no sistema. O remanescente é proveniente de captações municipais em exploração pela Águas de Alenquer.

A Águas de Alenquer efetua a cobrança da sua atividade através do Tarifário aprovado pela Câmara Municipal de Alenquer, que compreende para a atividade de abastecimento de água e de saneamento a aplicação de um tarifário específico, com uma componente fixa e uma componente variável indexada ao consumo de água. Para além dos tarifários associados ao serviço de abastecimento de água e saneamento, são aplicadas tarifas associadas aos serviços auxiliares prestados ao Utilizador.

Adicionalmente, a empresa obtém rendimentos residuais resultantes do fornecimento de energia à rede de distribuição.

1.4 Designação da empresa-mãe

A 31 de dezembro de 2025, as pessoas coletivas que integram o capital social subscrito da empresa são:

- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. (39,9997%), com sede em Paço de Arcos, Oeiras;
- Aquapor – Serviços, S.A. (39,9997%), com sede em Lisboa;
- Eco Impact S.A. (20,0%), com sede em Ferraria, Porto de Mós;
- Water Value - Serviços Ambientais, S.A. (0,0003%).
- Luságua – Gestão de Águas, S.A. (0,0003%).

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Sistema de Normalização Contabilística

A empresa faz relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF), aplicando supletivamente a IFRIC 12, e a SIC 29.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

2.4 Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016. Da aplicação dessas normas e interpretações, não existem impactos relevantes para as demonstrações financeiras da empresa.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes no Decreto-lei 98/2015 de 2 de junho e na portaria 220/2015 de 24 de julho.
- As NCRF em vigor na presente data;
- Supletivamente A IFRIC 12 e a SIC 29.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, e aplicando supletivamente a IFRIC 12 e a SIC 29, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens de sua propriedade utilizados no exercício da sua atividade, e que não integram o direito à concessão, Instalações Físicas, Microgeração de Energia, Ferramentas,

Equipamento de Transporte, Equipamento Administrativo e Outros. A empresa adotou o custo na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados linearmente pelo método duodecimal, utilizando o critério da vida útil dos bens.

A vida útil destes ativos varia de acordo com a seguinte tabela:

Anos de vida útil	2025
Edifícios e Outras Construções	8-20
Equipamento Básico	8
Equipamento Transporte	4-6
Ferramentas	4-10
Equipamento Administrativo	3-10
Micro Geração Energia	4
Outros	8

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os bens estão reconhecidos ao custo líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Quando existem indícios de que os bens podem estar em imparidade, os mesmos são sujeitos a testes de imparidade, sendo essa mesma imparidade, quando existente, registada em resultados do exercício.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

b) Ativos Intangíveis

A empresa dispõe, inicialmente, de um conjunto de bens imóveis que integram o sistema de Abastecimento de Água e de Saneamento. Estes, conjuntamente com o direito de cobrança aos utentes que provém da prestação de serviços de construção de infraestruturas, constituem o Direito da Concessão da empresa, que se encontra reconhecido tendo como base a IFRIC 12, e de acordo com a percentagem de acabamento.

Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das unidades de produção, ou seja, os caudais de água e saneamento faturados constituem a base para o cálculo das amortizações. O caudal anual corresponde ao volume de água e saneamento faturados no ano face ao volume total por faturar até final da concessão.

O gasto com as amortizações do ativo intangível é reconhecido na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

As taxas de depreciação utilizadas para os bens afetos à água e saneamento, respetivamente, foram as seguintes:

	2025	2024	2023
Água	9,58%	8,44%	7,34%
Saneamento	10,25%	9,17%	8,06%

c) **Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período**

c.1) **Ativos e Passivos por Impostos Diferidos**

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

c.2) **Imposto sobre o Rendimento**

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 20%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável.

Os prejuízos fiscais até de 2014 a 2016 são reportáveis durante um período de doze anos, entre 2017 e 2019 por um período de cinco anos, e a partir de 2020 por um período de doze anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, ficando suspensa a contagem do prazo de reporte durante os períodos de 2020 e 2021, traduzindo se num

aumento de 2 anos do prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados em 2014 e anos seguintes. A partir de 2023 deixou de estar previsto um período temporal para reporte de prejuízos fiscais.

Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2012, a dedução de prejuízos fiscais, será limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução, sendo que este limite é elevado para 80% do lucro tributável, sempre que essa diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020, 2021. A partir de 2023, o limite anual da dedução ao lucro tributável é reduzido para 65%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, em situação lucro fiscal, e de seis anos em situação de prejuízo (cinco para a segurança social).

O Conselho de Administração da Águas de Alenquer, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2025.

d) Inventários

As matérias subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é geralmente inferior ao respetivo valor de mercado, se o custo de aquisição for superior ao respetivo valor de mercado será considerado uma imparidade pela diferença. Como método de custeio das saídas adotou-se o custo médio ponderado.

Relativamente à compra de água à Águas do Vale do Tejo, os volumes aduzidos ao sistema são valorizados a preço de custo, conforme tarifário aprovado para o Sistema Multimunicipal por despacho de Sua Excelência o Ministro do Ambiente e da Ação Climática. Os encargos associados à exploração das captações de água municipais em exploração pela Águas de Alenquer encontram-se valorizados e refletidos nos custos de exploração.

e) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas ao custo líquido de imparidades.

A imparidade é determinada com base em critérios económicos relativamente aos ativos de contratos rescindidos, em relação aos contratos ativos é utilizado o critério económico e da mora.

f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

g) Outros Créditos a Receber

Os montantes incluídos nesta rúbrica correspondem essencialmente a valores a faturar a terceiros por gastos suportados devido a incrustação de calcário na rede.

Os saldos constantes nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.

h) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;

i) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

j) Rubricas dos Capitais Próprios

j1) Capital Subscrito

O capital social encontra-se totalmente subscrito à data das demonstrações financeiras.

j2) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital e da Reserva Legal (art.º 213 do CSC).

j3) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

k) Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. A classificação em locação financeira depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício.

Os contratos de locação são classificados como locações operacionais se através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. A classificação em locação operacional depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício.

l) Outras Dívidas a Pagar

A conta da Câmara Municipal de Alenquer respeitante à retribuição a pagar à concedente referente a rendas futuras encontra-se registada ao custo, atualizado de acordo com o do fator de revisão previsto no Contrato de Concessão.

As restantes contas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

m) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas ao custo.

n) Vendas e Prestação de Serviços

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos financeiros e de quantidades concedidos.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviços relacionadas com a tarifa volumétrica e a tarifa de disponibilidade de água, resulta do facto das leituras dos contadores instalados nos pontos de consumo não serem todas realizadas no último dia de cada mês, mas sim de dois em dois meses ao longo de todos os dias do mês. Esta estimativa é feita com base na faturação da tarifa e no acréscimo de dias que ficaram por faturar relativamente ao mês em causa.

Relativamente à tarifa volumétrica e de disponibilidade de saneamento aplica-se o mesmo critério.

O rédito da prestação de serviços relativo a ramais é reconhecido aquando da disponibilização do mesmo para exploração pelo valor constante no tarifário aprovado previamente pela Concedente para aquele exercício.

o) Trabalhos para a própria Entidade

São reconhecidos todos os gastos com a construção da infraestrutura da concessão assim como os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a construção de ativos, que levem um período significativo de tempo a ficarem preparados para o fim pretendido. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início da utilização.

A fase de acabamento dos contratos de construção é determinada pela elaboração periódica de Autos de Medição de trabalhos que servem de base à faturação apresentada.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

p) Fornecimento e Serviços Externos

São registados em FSE – Subcontratos – todos os custos debitados por terceiros referentes a elaboração dos bens reversíveis.

q) Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas

O CMVC encontra-se mensurado ao custo.

r) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal englobam remunerações fixas ou variáveis, atribuídas ao pessoal afeto à empresa, assim como as contribuições obrigatórias, quotizações sindicais e outros gastos com o pessoal, como seguros, fardamento e formação.

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.

s) Juros e Gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros bancários;
- Juros de Suprimentos

Os gastos financeiros de financiamentos obtidos quando relacionados com a elaboração de ativos intangíveis, que constituem o direito à concessão são capitalizados, fazendo parte desse direito. A capitalização destes custos começa após o início da preparação das atividades de elaboração do ativo e é interrompida com o final da execução do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

t) Provisões

As provisões refletem as obrigações presentes da entidade, provenientes de acontecimentos passados cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Esta rubrica inclui uma provisão para investimento de substituição, uma provisão para gastos com tratamento de efluentes e uma provisão para indemnização de funcionários no final da concessão.

u) Outros Rendimentos e Ganhos

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao justo valor e correspondem essencialmente rendimentos suplementares, débito de gastos com calcário e indemnização a receber pelo atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Tejo-Atlântico (sucedânea da extinta Águas do Oeste).

v) Outros Gastos e Perdas

Os outros gastos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem essencialmente impostos, donativos, indemnizações e gastos relacionados com incrustações de calcário na rede.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Para além das políticas referidas no ponto 3.1, a empresa adota supletivamente o disposto na IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação - Acordos de Concessão de Serviços.

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

3.3 Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a empresa opera.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

Não se espera qualquer risco de provocar ajustamento material.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

3.6 Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos incluídos em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso à data das demonstrações.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa	3.295	1.077
Depósitos à ordem	<u>3.082.729</u>	<u>2.979.301</u>
Caixa e seus equivalentes	<u>3.086.025</u>	<u>2.980.379</u>
Caixa e Depósitos Bancários	<u>3.086.025</u>	<u>2.980.379</u>

Os montantes considerados em caixa e depósitos à ordem destinam-se a satisfazer compromissos de curto prazo.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a empresa, não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas

6.1 Relacionamento com empresas-mãe

A 31 de Dezembro de 2025, as pessoas coletivas que detêm a maioria do capital social subscrito da empresa são:

- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. (39,9997%)
Sede: Quinta da Fonte – Ed. Q54 D. José – Piso 2, Paço de Arcos, Oeiras;
- Aquapor – Serviços, S.A. (39,9997%)
Sede: Av. Marechal Gomes da Costa, 33, 1ºA, Lisboa
- Eco Impact S.A. (20,0%)
Sede em Estrada do Tojal, Km I, Ferraria, Porto de Mós

6.2 Remunerações da pessoal chave da gestão

A empresa suportou gastos diretamente relacionados com o pessoal da gestão no montante de 97.515 €, valor debitado pelo acionista Aquapor Serviços, SA e que se encontra refletido na rubrica de FSE – Honorários.

6.3 Saldos e Transações entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Partes Relacionadas	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que presta/ Transações que faz	Serviços que recebe/ Transações que recebe
	AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.	
Aquapor – Serviços, S.A.		Cedência Administrador Executivo Financiamento Assistência Comercial
Luságua – Serv. Ambientais, S.A.		Controlo Analítico Manutenção Equipamento
Eco Impact, S.A..		Limpeza Rede Saneamento Gestão de Resíduos Controlo Custos de Obra
Construções Pragosa, S.A..		Venda bens de investimento

b) Transações e saldos pendentes:

- i) Quantia das transações:
- iii) Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes:
- iv) Gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas:

		Prestação serviços Intragrupo	Aquisição serviços Intragrupo	Out. créditos a receber	Outras dívidas a pagar
AGS	2025	-	339.637	-	50.210
	2024	-	952.540	-	154.114
Aquapor	2025	-	265.556	-	10.251
	2024	-	248.389	-	103.626
Luságua	2025	-	362.911	-	52.113
	2024	-	46.299	-	1.542
Eco Impact	2025	13.015	236.515	-	1.566
	2024	29	160.470	-	24.963
Construções Pragosa	2025	-	-	3.409	-
	2024	-	-	2.974	-

7. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis englobam essencialmente o Direito da Concessão, que representa o direito de explorar as infraestruturas colocadas à disposição pela concedente, e de construir novas infraestruturas assim como explorá-las e cobrar aos utilizadores pelo serviço prestado.

Com a assinatura do contrato de concessão a AdA comprometeu-se a efetuar investimentos, nomeadamente em infraestruturas de água e saneamento no concelho de Alenquer. Estes investimentos no final da concessão revertem a favor da concedente sem quaisquer custos ou ônus.

Esta construção, de acordo com a IFRIC 12 e a NCRF 19 foi reconhecida:

- Em rendimentos e gastos, pelos serviços de construção e valorização; e
- Em ativos intangíveis, na parte referente aos serviços de construção acrescido dos encargos financeiros atribuíveis aos investimentos acordados capitalizados durante a fase de construção.

Adicionalmente o direito de concessão incorpora:

- (I) O justo valor dos bens colocados à disposição pela concedente, sob o valor da retribuição a pagar à concedente,
- (II) Os gastos iniciais de arranque da concessão.

Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

Todos os Ativos Intangíveis têm vida finita sendo as mesmas definidas desde a sua disponibilização para exploração até ao final do contrato de Concessão. Neste caso, o prazo máximo de vida útil será 30 anos. O plano de investimentos ficou concluído em 2008, com exceção de um reservatório.

b) Métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas

O método de amortização do ativo intangível é conforme o descrito na nota 3.1b. O gasto com amortizações de ativos intangíveis é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período

Ver quadro alínea e) do presente parágrafo.

d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída

As amortizações dos Ativos Intangíveis estão refletidas na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada “Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização”.

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

	31.12.23	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2024	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2025
Custo											
Direito da Concessão	23.554.761	140.918				23.695.679	189.989				23.885.667
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Ativos Intangíveis	143.503					143.503	10.425				153.928
	23.699.964	140.918	0	0	0	23.840.882	200.414	0	0	0	24.041.296
Amortizações / Imparidade											
Direito da Concessão	12.123.852	1.028.555				13.152.406	1.063.323				14.215.729
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Ativos Intangíveis	143.766					143.766	3.309				147.075
	12.269.318	1.028.555				13.297.872	1.066.632				14.364.504
	11.430.646	-887.636	0	0	0	10.543.010	-866.218	0	0	0	9.676.791

A rubrica outros ativos intangíveis engloba programas de computador e a certificação em qualidade da empresa.

7.2 Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras

Ver quadro da alínea e) do ponto 7.1.

7.3 Existência e quantias escrituradas de ativos intangíveis cuja titularidade está restringida e as quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantia de passivos

A infraestrutura utilizada na exploração da concessão (pela qual a empresa prestou serviços ao concedente, recebendo em troca o direito de cobrar aos utentes), será transferida no final da concessão, para o concedente a título gratuito, sem qualquer contrapartida.

7.4 Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis

No processo do concurso da concessão a Empresa assumiu compromissos com um Agrupamento Complementar, subcontratando-as para os serviços relacionados com a prestação de serviços de construção de infraestruturas.

Os referidos compromissos já se encontram cumpridos.

8. Ativos Fixos Tangíveis

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta;

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

b) Métodos de depreciação usados;

Os métodos de depreciação usados encontram-se descritos na alínea a) do parágrafo 3.1.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

As taxas de depreciação usadas encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período encontra-se apresentada no Quadro da alínea e) do presente parágrafo.

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

	31.12.2023	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2024	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2025
Custo											
Edifícios e Outras Construções	146.444	1.840				148.284	0				148.284
Equipamento Básico	1.271.908	44.308				1.316.216	96.363				1.412.578
Equipamento Transporte	275.881	0				275.881	0				275.881
Equipamento Administrativo	247.373	512				247.885	12.576				260.461
Outros Ativos Fixos Tangíveis	373.688	3.805				377.493	1.453				378.947
	2.315.294	50.465	0	0	0	2.365.759	110.392	0	0	0	2.476.151
Amortizações / Imparidade											
Edifícios e Outras Construções	133.360	1.976				135.336	2.114				137.450
Equipamento Básico	991.771	72.335				1.064.106	64.819				1.128.925
Equipamento Transporte	181.220	35.086				216.306	32.309				248.615
Equipamento Administrativo	222.896	7.704				230.601	9.332				239.933
Outros Ativos Fixos Tangíveis	329.811	11.598				341.409	10.920				352.329
	1.859.058	128.700	0	0	0	1.987.757	119.494	0	0	0	2.107.252
	456.236	-78.235	0	0	0	378.002	-9.103	0	0	0	368.899

8.2 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

Esta depreciação não foi incluída como parte do custo de outros ativos tendo sido integralmente reconhecida em resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

8.3 Depreciação acumulada no final do período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

9. Inventários

9.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e respetivas fórmulas de custeio usadas encontram-se descritas na alínea d) do parágrafo 3.1.

9.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia total escriturada de inventários encontra-se no quadro seguinte:

Inventários	2025	2024
Matérias Subsidiárias e de Consumo		
Contadores	29.046	16.047
Material Hidráulico Diverso	41.273	44.084
	70.319	60.130

No que se refere ao inventário de água, não se considera qualquer valor porquanto, quando foi iniciada a concessão, os reservatórios continham água que não foi objeto de faturação por parte da CMA, tendo sido assumido que no final da concessão a água que existir nos reservatórios também não será objeto de faturação à CMA. Assim, e porque o inventário existente a 31 de dezembro de cada ano não será substancialmente diferente daquele que existia no início da concessão, não se procede à contagem da água existente. O valor relativo à compra de água reflete-se como gasto do período.

9.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

Inventários	Matérias-primas	Mat. Sub. e de Consumo	Total
Existências em 01-01-2024	0	-63.611	-63.611
Compras	-2.239.202	-97.071	-2.336.273
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-2024	0	60.130	60.130
	-2.239.202	-100.551	-2.339.753
Existências em 01-01-2025	0	-60.130	-60.130
Compras	-2.351.162	-131.081	-2.482.243
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-2025	0	70.319	70.319
	-2.351.162	-120.892	-2.472.054

10. Contratos de construção

A Empresa subcontrata a prestação de serviços de construção de infraestruturas reconhecendo nas suas demonstrações o gasto e o crédito aquando do débito por parte dos terceiros.

10.1 Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

As quantias registadas no período foram as seguintes:

Trabalhos para própria entidade	2025	2024
Direito de Concessão (Rede água e saneamento)	194.988	140.918
Montagem de contadores na rede – Realizados internamente	52.276	25.170
	<u>247.264</u>	<u>166.088</u>

10.2 Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito é feito ao justo valor com base na percentagem de acabamento.

10.3 Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

A fase de acabamento dos contratos em curso, mede-se pelo seu reconhecimento em prestações de serviços por contrapartida de ativos intangíveis.

11. Rédito

11.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços encontram-se descritos na alínea o) do parágrafo 3.1.

11.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

a) Venda e Prestação de Serviços

As vendas e prestações de serviços registadas no exercício dividem-se da seguinte forma:

Vendas e Prestação de Serviços	2025	2024
Venda de Água	4.097.037	3.548.373
Prestação de Serviços – Água	2.014.739	1.835.945
Prestação de Serviços – Saneamento	4.149.402	3.769.985
Prestação de Serviços – Ramais	112.321	65.955
	<u>10.373.498</u>	<u>9.220.258</u>

A prestação de serviços de água engloba uma tarifa fixa; uma tarifa de disponibilidade em função do tipo de cliente e calibre do contador instalado; uma tarifa de ligação à rede, e uma tarifa de construção de ramais de água para clientes não-domésticos.

A prestação de serviços de saneamento engloba uma tarifa de disponibilidade, assim como as tarifas volumétricas de saneamento, limpeza e desobstrução de fossas, e tarifas de ligação e desobstrução de ramais de saneamento.

b) Juros

A Empresa auferе juros dos clientes por atraso de pagamento das faturas, conforme mencionado na nota 15.5.

Rédito de Juros	2025	2024
Juros de mora	17.036	166.752

12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

12.1 Provisões

Foi constituída em 2011, uma provisão para Investimento de Substituição Futuro no montante de 3.338.869 Euros, de acordo com o plano de investimentos. Anualmente tem vindo a considerar-se uma reversão desta provisão, de acordo com a entrada em funcionamento dos bens, distribuída do seguinte modo:

2012	74.927
2013	60.699
2014	47.412
2015	111.397
2016	184.791
2017	146.442
2018	101.840
2019	125.792
2020	317.504
2021	447.315
2022	923.402
2023	445.121
2024	227.678
2025	124.547

A 31/12/2025 esta provisão encontra se totalmente revertida.

Em 2018 foi constituída uma provisão para gastos com tratamento de efluentes, no montante de 201.924 Euros. Esta provisão foi reforçada nos montantes a seguir discriminados:

2019	94.045
2020	105.687
2021	133.935

A 31/12/2025 esta provisão o saldo desta provisão é de 535.591 Euros.

Em 2019 foi constituída uma provisão para indemnização de funcionários no final do contrato da concessão, no montante de 86.889 Euros. Esta provisão foi reforçada nos seguintes montantes:

2020	238.477
2021	20.689
2022	28.306
2023	36.628
2024	59.579
2025	54.819

A 31/12/2025 esta provisão o saldo desta provisão é de 525.387 Euros.

	Provisões
Saldo em 01.01.2024	1.298.805
Utilizações	-227.678
Constituição	59.579
Saldo em 31.12.2024	<u>1.130.706</u>
Utilizações	-124.547
Constituição	54.819
Saldo em 31.12.2025	<u><u>1.060.978</u></u>

13. Acontecimentos após a data do balanço

13.1 Autorização para emissão

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão foi 23 de março de 2026.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Empresa.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

13.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Após a data do balanço não foram recebidas informações acerca das condições que existiam à data do balanço que originassem atualizações, quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

13.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Para cada categoria material de tais acontecimentos:

- a) Natureza do acontecimento;
- b) Estimativa do efeito financeiro (ou declaração de que tal estimativa não pode ser feita).

O Conselho de Administração continua a acompanhar a evolução dos acontecimentos, ocorridos após fevereiro de 2021, que envolvem a invasão à Ucrânia por parte da Rússia, e na instabilidade criada no Médio-Oriente após os atentados de outubro de 2023 em Israel e as operações militares EUA/Israel no Irão. Estas situações originam uma incerteza global sobre a evolução da economia e dos mercados financeiros. Para além dos impactos conhecidos, não estimamos outros efeitos quer nas operações da Empresa, quer no cumprimento das suas obrigações.

14. Imposto sobre o rendimento

14.1 Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

a) O Gasto (rendimento) por impostos correntes

Imposto	2025	2024
Imposto Corrente		
IRC do ano	388.350	325.013
	<u>388.350</u>	<u>325.013</u>
Imposto Diferido		
Reforço por diferenças temporárias	33.451	0
Reversão por diferenças temporárias	0	3.345
	<u>33.451</u>	<u>3.345</u>
	<u>354.898</u>	<u>328.358</u>

b) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias

Ver quadro na alínea a) deste ponto.

14.2 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

- Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa (s) de imposto aplicável (eis) e indicação da base pela qual a taxa (s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s); ou
- Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes de impostos	1.854.678	1.559.266		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,5%	22,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	398.756	350.835	21,5%	22,5%
<u>Proveitos não tributáveis</u>				
Excesso estimativa	9.641	11.874		
Reversão de provisões tributadas	124.547	227.678		
Reversão Perdas por imparidade Tributadas	0	13.189		
Outros	181.094	94.148		
	315.282	346.889		
<u>Custos não dedutíveis para efeitos fiscais</u>				
Perdas imparidade em Créditos não Dedutíveis	3.349	0		
Multas, coimas, juros compensatórios	480	722		
Provisões e perdas por imparidade	212.138	212.813		
	215.968	213.535		
Lucro tributável	1.755.364	1.425.912		
Prejuízo Fiscal	0	0		
Prejuízo Fiscal N-I	0	0		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal (SMC) (s/ derrama)	16,00%	17,00%		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal (s/ derrama)	20,00%	21,00%		
Imposto calculado	349.073	297.441	0	0
Tributação autónoma	5.286	6.183	0	0
Derrama Estadual	7.661	0		
Derrama Municipal	26.330	21.389	0	0
Imposto sobre o rendimento	388.50	325.013	0	0

14.3 Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados:

a) Quantia de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no Balanço para cada período apresentado:

	Contas de Balanço		Contas DR	
	2025	2024	2025	2024
<u>Impostos Diferidos Ativos</u>				
Diferenças Temporais				
Provisão gastos com Tratamento Efluentes	120.497	120.497	0	0
Provisão gastos com Indemnizações ao Pessoal	117.664	105.878	11.786	13.405
	<u>238.160</u>	<u>226.374</u>	<u>11.786</u>	<u>13.405</u>
			<u>11.786</u>	<u>13.405</u>
<u>Impostos Diferidos Passivos</u>				
Diferenças Temporais				
Reversão Investimento Substituição Futuro	307.263	328.928	21.665	-16.750
	<u>307.263</u>	<u>328.928</u>	<u>21.665</u>	<u>-16.750</u>
			<u>21.665</u>	<u>-16.750</u>

b) Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados (se tal não for evidente das alterações das quantias reconhecidas no balanço)

Ver quadro na alínea a) deste ponto

14.4 Natureza das potenciais consequências do imposto sobre rendimento que resultariam do pagamento de dividendos aos acionistas

O pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, nem a nível de taxas aplicáveis nem a nível de reembolsos de impostos já pagos.

14.5 Quantias das potenciais consequências do imposto sobre rendimento praticamente determináveis e existência ou não de quaisquer potenciais consequências no imposto de rendimento não praticamente determináveis

Dado que, o pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, não há lugar à divulgação de quaisquer quantias (determináveis, ou não, em termos práticos) relativas às potenciais consequências no imposto sobre o rendimento relacionado.

15. Instrumentos financeiros

15.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

As bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas nas seguintes alíneas do parágrafo 3.1:

- ✓ Alínea e) – Clientes
- ✓ Alínea g) – Outros Créditos a Receber
- ✓ Alínea h) – Caixa e Bancos
- ✓ Alínea k) – Locações
- ✓ Alínea l) – Financiamentos Obtidos
- ✓ Alínea m) – Outras Dívidas a Pagar
- ✓ Alínea n) – Fornecedores

15.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade são os indicados no quadro seguinte:

Ativos Financeiros	2025	2024
Clientes	3.944.289	3.130.704
Outros Créditos a receber	1.514.259	1.740.237
Caixa e depósitos bancários	3.086.025	2.980.379

Os Clientes decompõem-se da seguinte forma:

Clientes	2025	2024
Clientes gerais	4.164.073	3.326.110
Trabalhos efetuados não faturados	388.740	397.329
Perdas imparidade acumuladas	-608.525	-592.734
	<u>3.944.289</u>	<u>3.130.704</u>

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Imparidade
Saldo em 01.01.2024	-593.049
Reforço do ano	-47.493
Utilizações	35.841
Reversões	11.966
Saldo em 31.12.2024	<u>-592.734</u>
Reforço do ano	-60.206
Utilizações	32.896
Reversões	11.520
Saldo em 31.12.2025	<u>-608.525</u>

Os Outros Créditos a Receber decompõem-se da seguinte forma:

Ativos Financeiros	2025	2024
Outros Créditos a receber		
Gastos com calcário	1.157.400	1.120.223
Indemnização a receber	142.029	315.619
Outros	214.830	304.395
	<u>1.514.259</u>	<u>1.740.237</u>

O montante incluído nesta rubrica refere-se essencialmente a gastos suportados como resultado das incrustações de calcário existentes na rede, assim como gastos suportados com a construção de condutas, cuja responsabilidade é de terceiros.

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

Passivos Financeiros	2025	2024
Passivos Não Correntes		
Outras dívidas a pagar		
Retribuição à Concedente	99.026	116.526
Passivos Correntes		
Fornecedores	1.306.161	1.760.439
Outras dívidas a pagar	927.201	864.905
Fornecedores de investimento	7.025	4.117
Retribuição à concedente	17.500	17.500
Credores por acréscimo gastos	129.933	114.869
C.M.A._RSU	688.948	632.905
Diversos	83.795	95.515

No presente ano não existe qualquer financiamento junto de instituições financeiras.

Na rubrica diversos, estão incluídos 57.114 euros de taxa de gestão de resíduos.

c) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada

Os Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade são as constantes no quadro da alínea a) deste ponto.

15.3 Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não ocorreram situações de incumprimento para os empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço.

15.4 Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço)

Não ocorreram situações de incumprimento que permitissem aos credores exigir pagamento acelerado.

15.5 Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas

Ganhos e perdas de financiamento	2025	2024
Ganhos		
Juros de mora	17.036	166.752
	<u>17.036</u>	<u>166.752</u>
Perdas		
Juros de mora	-480	-2
Outros	-1.209	-3.884
	<u>-1.689</u>	<u>-3.885</u>
	<u>15.347</u>	<u>162.866</u>

15.6 Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros

A quantia de perda por imparidade reconhecida por cada classe de ativo financeiro encontra-se espelhada no quadro da alínea a) do ponto 15.2.

Instrumentos de capital próprio:

15.7 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

O Capital Social Nominal da empresa ascende a 1.500.000€ e encontra-se totalmente realizado.

15.8 Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O Capital Social da Empresa é constituído por 300.000 ações nominativas com valor nominal de 5€ cada.

15.9 Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.

Não existem ações em circulação nem ações próprias.

15.10 Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Não foram efetuados aumentos de capital no período.

15.11 Indicação das quantias de outros instrumentos de capital próprio.

Os outros instrumentos de capital próprio correspondem a prestações acessórias efetuadas pelos acionistas que em 2025, ascendem a 2.961.418 euros (2024 ascendiam a 3.948.558 euros), tendo a diferença (987.140 euros), sido reembolsada no presente exercício.

16. Divulgações exigidas por diplomas legais

16.1 Divulgação exigida pelo nº 2 do art.º 66 – A do CSC

Honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais faturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

	2025	2024
Honorários pela Revisão Legal Contas	9.200	9.100

17. Outras informações

17.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Estado e Outros entes Públicos	2025	2024
Saldos a receber		
Imposto sobre o Rendimento	0	2.789
Imposto sobre Valor Acrescentado	105.573	38.773
Taxa recursos Hídricos	3.951	0
	<u>109.524</u>	<u>41.562</u>
Saldos a pagar		
Imposto sobre o Rendimento	-114.342	-191.105
Retenção Imposto sobre Rendimento	-9.118	-8.699
Segurança Social	-15.963	-12.923
Tributos Autarquias Locais	-1.236	-1.806
Taxa recursos Hídricos	0	-29.358
	<u>-140.658</u>	<u>-243.890</u>

A taxa de recursos hídricos, visa compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico, o custo ambiental inerente às atividades suscetíveis de causar um impacto significativo nos recursos hídricos, bem como os custos administrativos inerentes ao planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade das águas.

A taxa de recursos hídricos é cobrada aos clientes e entregue à empresa fornecedora de água e saneamento, Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e à ARH Tejo na componente referente às captações próprias.

17.2 Diferimentos

A rubrica de gastos a reconhecer discrimina-se da seguinte forma:

Diferimentos	2025	2024
Rendas	1.938	1.938
Seguros	6.755	6.093
	8.693	8.030

17.3 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Fornecimento e Serviços Externos	2025	2024
Subcontratos	-2.562.643	-2.465.063
Manutenção Rede Água	-13.710	-18.523
Manutenção Rede Saneamento	-13.695	0
Tratamento Efluentes	-1.510.817	-1.490.613
Outros	-1.024.420	-955.928
Serviços Especializados	-1.235.486	-1.169.163
Trabalhos Especializados	-1.039.023	-970.919
Publicidade e Propaganda	-2.970	-1.752
Vigilância e Segurança	-1.910	-1.594
Honorários	-97.515	-99.947
Conservação e Reparação	-54.183	-53.705
Serviços Bancários	-27.645	-27.638
Outros Serviços	-12.239	-13.609
Materiais	-23.536	-15.542
Energia e Fluidos	-299.468	-312.157
Deslocações Estadas e Transporte	-12.418	-20.524
Serviços Diversos	-241.558	-224.157
Rendas e Alugueres	-139.322	-130.901
Comunicação	-36.446	-28.214
Seguros	-50.538	-47.791
Contencioso e Notariado	-105	-3.233
Despesas de Representação	-739	-433
Limpeza Higiene e Conforto	-14.408	-13.586
	-4.375.108	-4.206.607

A rubrica de trabalhos especializados engloba: gastos com assistência técnica, contabilidade, revisão oficial de contas, gastos de faturação e cobrança, serviços de advocacia e serviços de assessoria especializada.

17.4 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	2025	2024
Rendimentos Suplementares	206.755	180.152
Fornecimento de Energia	26	191
Diversos	206.729	179.961
Outros	46.834	329.576
Débito de Gastos com Calcário	37.177	39.325
Diversos	9.657	290.251
	253.590	509.728

Em resultado das incrustações de calcário existentes na rede, a empresa incorre anualmente em diversos gastos operacionais e de substituição não previstos. Por resultarem de danos na infraestrutura anteriores à Concessão, o montante igual aos gastos suportados no ano tem sido considerado como outros rendimentos e ganhos, como responsabilidade a imputar a outros terceiros. Este montante encontra-se registado em outros acréscimos de rendimentos.

17.5 Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas	2025	2024
Impostos	-1.445	-1.000
Outros	-8.386	-3.987
Quotizações	-626	-626
Multas e Penalidades		-721
Indemnizações	-7.760	-2.640
	-9.831	-4.987

17.6 Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	2025	2024
Ativos Tangíveis	-119.494	-128.700
Ativos Intangíveis	-1.066.632	-1.028.555
	-1.186.126	-1.157.254

17.7 Juros e Gastos Similares Suportados

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Juros e Gastos similares suportados	2025	2024
Juros de mora	-480	-2
Outros Juros	-1.209	-3.884
	<u>-1.689</u>	<u>-3.885</u>

17.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Juros e Gastos similares obtidos	2025	2024
Juros de mora	17.036	166.752
	<u>17.036</u>	<u>166.752</u>

17.9 Gastos com o Pessoal

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos com o Pessoal	2025	2024
Remunerações do Pessoal	-779.818	-718.799
Encargos sobre Remunerações	-163.331	-148.305
Seguros	-45.264	-40.058
Outros	-81.104	-77.892
	<u>-1.069.516</u>	<u>-985.054</u>

Na rubrica outros estão incluídos 54.819 referente a indemnizações a atribuir ao pessoal, no final da concessão.

17.10 Garantias Prestadas

A empresa prestou as seguintes garantias bancárias:

- À Câmara Municipal de Alenquer, uma garantia de 1.675.000 euros;
- À EP – Estradas de Portugal, S.A., por obras realizadas em estradas nacionais durante a realização do Plano de Investimentos, no valor de 5.000 euros.

17.11 Risco Financeiro

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem e virem a obter-se resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- (I) Risco de crédito
- (II) Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros - exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da empresa

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e *cash-flows* sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos anuais.

Por regra, a empresa não assume posições especulativas, pelo que, geralmente, as operações efetuadas no âmbito da gestão de riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas como o risco da taxa de juro, o risco de liquidez e o risco de crédito.

A gestão dos riscos financeiros, incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura, é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro, originando uma perda.

A empresa encontra-se sujeita a risco de crédito no que concerne às seguintes atividades:

- Atividade Operacional – Clientes e Outras Contas a Receber.
- Atividade de Financiamento – Depósitos em Bancos e Instituições Financeiras.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas, procedimentos e controlos estabelecidos pela empresa;
- Os valores em dívida são mensalmente monitorizados

A gestão do risco de crédito relativo a saldos em bancos e instituições financeiras é efetuada pela Direção Financeira e pela Administração da empresa.



II. Relatório e Parecer do Fiscal Único



12. Certificação Legal de Contas



AdA – Águas de Alenquer, S.A.

Rua Sacadura Cabral nº24 B R/C • 2580-371 Alenquer • Portugal

Tel.: + 351 263 731 210 • Fax: + 351 263 731 219

geral@aguasdealenquer.pt

www.aguasdealenquer.pt